

Corporação Interamericana de Investimentos

Relatório Anual 2005



Países membros:

Alemanha

Argentina

Áustria

Bahamas

Barbados

Bélgica

Belize

Bolívia

Brasil

Chile

Colômbia

Coréia, República da

Costa Rica

Dinamarca

El Salvador

Equador

Espanha

Estados Unidos

Finlândia

França

Guatemala

Guiana

Haiti

Honduras

Israel

Itália

Jamaica

Japão

México

Nicarágua

Noruega

Países Baixos

Panamá

Paraguai

Peru

Portugal

República Dominicana

Suécia

Suíça

Suriname

Trinidad e Tobago

Uruguai

Venezuela

Corporação Interamericana de Investimentos



Relatório Anual 2005

Sumário

Carta introdutória	iv
Carta do Gerente Geral	v
Nova fase, resultados positivos	1
A CII: fatos e dados	7
0 ano em retrospecto	13
Destaques de 2005	13
Adicionalidade e impacto no desenvolvimento	13
Resultados operacionais	13
Resultados financeiros	13
A parceria cresce	13
Outros eventos	13
Assuntos institucionais	14
Reunião Anual	14
Diretoria Executiva	14
Metas da Declaração de Nuevo León	16
Descentralização	18
Flexibilidade e novos produtos	18
O trabalho no Grupo do BID	18
Programas especiais	20
Governança	24
Investindo no desenvolvimento, 2005	29
Resumo dos investimentos em desenvolvimento durante o ano	29
Operações diretas	29
Empréstimos por intermédio de instituições financeiras locais	41
Demonstrações financeiras	42
Balanço patrimonial	43
Demonstração do resultado e lucros acumulados	44
Demonstração dos fluxos de caixa	45
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	46
Apêndices	66
América Latina e Caribe em 2005: Perspectivas econômicas	66
Governadores e Governadores Suplentes	67
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	68
Órgãos de ligação	69

Quadros

Fundo Fiduciário Coreano	22
O Programa Italiano para o Desenvolvimento das EPM	23
Comitês permanentes	24
A política de divulgação pública	25
Fontes de recursos	29

Gráficos

Projetos de infra-estrutura financiados pela CII	2
Acionistas da CIFI	2
Indicadores financeiros básicos	7
Principais indicadores operacionais para 2005	8
Composição dos ativos	9
Composição dos projetos aprovados, total acumulado	9
Distribuição da carteira ativa líquida aprovada por produto financeiro (número de projetos)	9
Distribuição da carteira ativa líquida aprovada por produto financeiro (financiamentos aprovados)	10
Distribuição da carteira ativa líquida aprovada por grupo de países (número de projetos).	10
Distribuição da carteira ativa líquida aprovada por grupo de países (financiamentos aprovados)	10
Distribuição setorial em 2005—Número de projetos ativos	11
Distribuição setorial em 2005—Financiamentos aprovados ativos.	11
Desembolsos por intermédio de fundos fiduciários	11
Aprovações acumuladas por país menos projetos descartados e cancelados	15
Aprovações acumuladas por setor menos projetos descartados e cancelados	15
Operações aprovadas em 2005	17
Aprovações, desembolsos e saldos	19
Países de origem e aquisições agregadas, 1989-2005	21
Fundos fiduciários CII/BID para assistência técnica em 2005	27
Empréstimos por intermédio de instituições financeiras em 2005	41

Carta introdutória

10 de fevereiro de 2006
Presidente da Assembléia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C., EUA

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo IV, Seção 9(a) do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, transmito a Vossa Excelência o Relatório Anual da Corporação relativo a 2005 e as demonstrações financeiras auditadas, as quais incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e lucros acumulados, bem como a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2005.

O relatório resume as principais realizações da CII e os fatos decisivos do ano.

Atenciosamente,

Luis Alberto Moreno
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos

Carta do Gerente Geral

A trajetória da Corporação em 2005 e os resultados alcançados nesse ano assinalam um estágio distintivo em nossa missão para atender às necessidades de desenvolvimento do setor privado na América Latina e no Caribe, particularmente no que tange à base de clientes de pequeno e médio porte.

O presente relatório destaca as realizações da Corporação em 2005, num clima de melhora na economia regional, com tendências de crescimento positivas. Esses resultados se mostram mais significativos quando os examinamos contra o pano de fundo das crises financeiras de 2002 e 2003, que afetaram o clima de negócios e investimentos em vários países da região e contribuíram para que a CII tivesse resultados financeiros negativos. Embora a melhora dos resultados financeiros registrados pela Corporação nos últimos três anos possa ser atribuída, em grande parte, aos esforços conjuntos da Administração e da Diretoria Executiva para implementar as iniciativas de políticas e operacionais introduzidas em 2002, o impacto da melhora no ambiente econômico da região também desempenhou um papel fundamental. Como os ativos e rendimentos da Corporação derivam principalmente de sua missão de desenvolvimento, a melhora no desempenho financeiro da CII é um reflexo positivo da saúde econômica da região.

As realizações da Corporação ao implementar seu plano bi-
enal de atividades tiveram um ponto alto no sucesso da colocação de sua primeira emissão de obrigações, um título denominado em moeda local, que gerou recursos repassados também em moeda local na Colômbia. Essa primeira emissão de obrigações da Corporação—a primeira desse tipo entre as entidades multilaterais que operam na América Latina e no Caribe—reveste-se de tripla importância. Em primeiro lugar, dotou a Corporação de um método inovador para levantar capital para o desenvolvimento em termos altamente competitivos. Em segundo, os recursos gerados pela emissão de obrigações foram simultaneamente injetados de volta na economia local, criando financiamentos em moeda local em apoio ao arrendamento de bens de capital para empresas de pequeno e médio porte. Por fim, esta operação busca reforçar a disponibilidade de instrumentos de investimento para investidores locais, assim promovendo o desenvolvimento de mercados locais de capital, ajudando a elevar o nível da poupança interna, condição para um crescimento sólido do investimento. Usando o sucesso desta primeira transação como ponto de partida, vamos procurar realizar transações comparáveis em outros países, onde houver condições apropriadas.

Outra iniciativa importante teve seu ponto de partida na adoção da Declaração de Nuevo León pelos chefes de Estado e de governo de nosso Hemisfério. No que se refere à Corporação, o objetivo expresso na Declaração é expandir significativamente o financiamento às empresas de pequeno e médio porte por intermédio de instituições financeiras, levando-nos a lançar um novo programa concebido para triplicar esse tipo de financiamento até 2007. Além disso, como resultado dessa iniciativa, a Corporação examinou os programas de empréstimo por intermédio de instituições financeiras de outras instituições multilaterais, com o objetivo de incorporar as melhores práticas dessas instituições a programas direcionados para as microempresas,

bem como para as empresas de pequeno e médio porte. Na apresentação dos resultados do programa este ano, comprometemo-nos a harmonizar a metodologia de relatório de modo a aumentar a conformidade com as práticas de nossos pares no campo, assim oferecendo uma prestação de contas mais ampla do impacto atingido.

É dessa perspectiva que faço um convite para a leitura do Relatório Anual relativo a 2005.

Jacques Rogozinski

Jacques Rogozinski
Gerente Geral
Corporação Interamericana de Investimentos

Nova fase, resultados positivos

Os resultados financeiros e o grau de eficácia na promoção do desenvolvimento alcançados pela Corporação após a passagem a uma nova fase da história de suas operações estão assumindo uma tendência claramente ascendente. Graças ao aumento na flexibilidade e à adoção de uma abordagem empresarial inovadora, em um esforço conjunto com a Diretoria Executiva, a Corporação alcançou lucro pelo terceiro ano consecutivo. Este processo implicou uma extensão da gama de produtos e serviços financeiros que a Corporação coloca à disposição das empresas privadas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe. O impacto desse esforço conjunto no desenvolvimento inclui:

- Captação local para desenvolvimento local. A emissão de obrigações denominadas em pesos colombianos com um valor total equivalente a US\$ 66 milhões fez da CII a primeira instituição financeira multilateral com operações na América Latina a reservar seus rendimentos para projetos de desenvolvimento no país da emissão, em vez de fazer uma operação de *swap* e repatriá-los para aumentar seu próprio ativo líquido.
- Mais de meio milhão em empréstimos, totalizando mais de US\$ 3 bilhões nos últimos cinco anos.¹
- 18 projetos de infra-estrutura aprovados, com um custo total superior a US\$ 2,248 bilhões.
- 4.900 operações de arrendamento mercantil.
- Mais de 131.000 pequenos e microempréstimos, todos com valor inferior a US\$ 1.000.

A CII inova no financiamento em moeda local

O entendimento das características e necessidades financeiras das empresas de pequeno e médio porte permitiu à CII desenvolver um programa de financiamento inovador para as empresas de menor porte na Colômbia. A maior parte das empresas de pequeno e médio porte não exporta nem tem meios alternativos para se proteger do risco de seus financiamentos em moedas estrangeiras. Para essas empresas a captação em moeda local é a melhor opção quando precisam financiar a aquisição de ativos de longo prazo. Na Colômbia, em dezembro de 2005, a CII concluiu sua primeira emissão de obrigações e usou os recursos gerados para financiar empréstimos a empresas colombianas de pequeno e médio porte por intermédio de empresas de arrendamento mercantil.

¹ Segundo a metodologia de relatório das outras instituições financeiras internacionais de desenvolvimento.

CII coloca sua primeira emissão de obrigações

Pela primeira vez, uma organização multilateral que opera na América Latina não troca os rendimentos em moeda local de uma emissão de obrigações

Recursos em moeda local para o desenvolvimento— 150 bilhões de pesos colombianos canalizados para as PMEs

Esta é a primeira vez que uma instituição multilateral que opera na América Latina obtém financiamento em moeda local, repassa os recursos gerados no país onde a emissão foi feita e reserva o total gerado para operações que promovam o desenvolvimento local. Os recursos gerados pela emissão de obrigações foram imediatamente colocados com cinco empresas colombianas de arrendamento mercantil que, por sua vez, efetuaram transações denominadas em pesos colombianos, com valores entre US\$ 170.000 e US\$ 1 milhão com pelo menos 1.000 empresas de pequeno e médio porte, assim proporcionando financiamentos de longo prazo em moeda local a uma taxa competitiva.

Essa operação vai ajudar a Corporação a atingir as metas estabelecidas em seu plano operacional para 2005–2006 e na Declaração de Nuevo León. Essa operação pioneira pode ser replicada em outros países da região, tanto pela CII como por outras instituições multilaterais.

A CII cria financiadora especializada em infra-estrutura

Mesmo projetos de infra-estrutura de pequena escala exigem financiamentos em valores relativamente altos, que excedem os recursos financeiros próprios da CII. Em 2001, respondendo ao crescimento na demanda por financiamento de longo prazo para projetos de infra-estrutura, a CII participou da criação da Corporação Interamericana para o Financiamento de Infra-

estrutura (CIFI). A CII, juntamente com a Caja Madrid, é acionista fundadora da CIFI.

Com esse empreendimento inovador, a CII alavancou seus próprios recursos e ajudou a construir uma parceria de investimentos sem igual com instituições comerciais privadas e de financiamento de desenvolvimento na

A CII e a CIFI já financiaram vinte e dois projetos de infra-estrutura em catorze países

Projetos de infra-estrutura financiados pela CIFI

País	Setor	Custo do projeto
Argentina	Transportes	US\$ 55 milhões
Belize	Energia	US\$ 46 milhões
Bolívia	Gás	US\$ 220 milhões
Brasil	Energia	US\$ 416 milhões
Brasil	Serviços relacionados com infra-estrutura	US\$ 400 milhões
Brasil	Serviços relacionados com infra-estrutura	US\$ 280 milhões
Costa Rica	Energia	US\$ 75 milhões
El Salvador	Energia	US\$ 85 milhões
Equador	Energia	US\$ 35 milhões
Equador	Energia	US\$ 31 milhões
Guatemala	Energia	US\$ 90 milhões
Guatemala	Energia	US\$ 82 milhões
Guatemala	Energia	US\$ 75 milhões
Honduras	Energia	US\$ 40 milhões
Nicarágua	Telecomunicações	US\$ 87 milhões
Panamá	Energia	US\$ 361 milhões
Panamá	Infra-estrutura social	US\$ 15 milhões
Peru	Energia	US\$ 16 milhões
Peru	Transportes	US\$ 21 milhões
República Dominicana	Portos	US\$ 282 milhões
República Dominicana	Transportes	US\$ 48 milhões
Trinidad e Tobago	Abastecimento d'água	US\$ 148 milhões
Total		US\$ 2,9 bilhões

Acionistas da CIFI

Corporação Interamericana de Investimentos	18,52%
Caja Madrid (Espanha)	18,52%
Banco Centroamericano de Integración Económica	9,26%
Primer Banco del Istmo (Panamá)	9,26%
NORFUND (Noruega)	9,26%
Caixa Banco de Investimento (Portugal)	7,41%
Banco de Desarrollo del Caribe	5,56%
FINNFUND (Finlândia)	5,56%
Banco Pichincha (Equador)	4,63%
Republic Bank (Trinidad e Tobago)	1,85%
Banco Galicia y Buenos Aires (Argentina)	0,93%

Europa e América Latina. Até esta data, a CIFI já concedeu mais de US\$ 100 milhões em financiamentos para dezoito projetos de infra-estrutura em catorze países da América Latina e do Caribe, com um custo total acima de US\$ 2 bilhões.

A CII promove a infra-estrutura sustentável

Consciente do impacto que os projetos de infra-estrutura têm no desenvolvimento, a Corporação, desde sua fundação, financia projetos de infra-estrutura de pequena escala. A CII concentra sua atenção em projetos de energia renovável de pequena escala.

A Corporação é o primeiro membro do Grupo do BID a financiar projetos de energia renovável qualificados para créditos de carbono. O Protocolo de Kyoto para a redução de emissões de gás de efeito estufa inclui um mecanismo de financiamento inovador para projetos de energia renovável em países menos industrializados. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo permite que os projetos qualificados obtenham créditos de redução de emissão quando reduzem os gases que causam o aquecimento global, assim criando uma nova fonte de receitas para os projetos de energia renovável na América Latina e no Caribe.

No Equador, a CII está financiando a construção da hidroe-létrica de Hidroabanico na bacia amazônica. A energia elétrica gerada pelo projeto Hidroabanico vai deslocar aproximadamente 800.000 toneladas de emissões de gás de efeito estufa num prazo de seis anos. Em dezembro de 2004, a Unidade de Financiamento de Carbono do Banco Mundial assinou um acordo para comprar créditos de carbono do projeto Hidroabanico no quadro do Protocolo de Kyoto. A CII usou recursos do Fundo Fiduciário Evergreen da U.S. Trade and Development Agency para dar assistência técnica à supervisão do projeto.

No Peru, a CII deu assistência técnica ao Sindicato Energético, S.A. (SINERSA) por intermédio do Fundo Fiduciário Austríaco de Assistência Técnica, para dar apoio ao SINERSA na confirmação e certificação da redução de emissões de gás de efeito estufa, uma exigência para fazer jus aos pagamentos anuais de créditos de carbono de acordo com as disposições do Protocolo de Kyoto. Em 2004, o SINERSA e o Banco Mundial assinaram o primeiro contrato de aquisição de reduções de emissão no Peru para a usina Hidroelétrica Poechos 1. A hidroelétrica do SINERSA foi construída em 2002 com o financiamento da CII.

A CII proporciona financiamento em termos flexíveis para microempresas e para empresas de pequeno e médio porte

Trabalhando em parceria com instituições financeiras, a CII conseguiu conceder financiamentos a mais de 500.000 microempresas e empresas de pequeno e médio porte, a partir do ano 2000. Há uma enorme diversidade nos instrumentos financeiros e mecanismos de entrega usados pela CII para atingir empresas de menor porte. Para harmonizar a apresentação dos dados e facilitar a comparação com as informações prestadas por outras instituições financeiras devotadas ao desenvolvimento, a CII está modificando a maneira como informa o impacto de suas

O custo dos projetos de infra-estrutura financiados diretamente e por intermédio da CIFI totalizou US\$ 3,39 bilhões

A CII é o primeiro membro do Grupo do BID a financiar projetos de energia renovável que podem se qualificar para créditos de carbono

4.900 operações de arrendamento mercantil em benefício de empresas de pequeno e médio porte por intermédio de instituições financeiras

Financiamento por intermédio de instituições financeiras— Banco de Desarrollo: 213.000 empréstimos, totalizando US\$ 2,55 bilhões

Financiamento por intermédio de uma instituição intermediária especial— Almer: 180.000 empréstimos totalizando US\$ 96 milhões

atividades de empréstimo e investimento por intermédio de instituições financeiras.

Financiamento de investimentos em equipamento de capital por intermédio de arrendamento mercantil

A CII está aumentando o financiamento de arrendamentos em razão do aumento na demanda por essa opção de financiamento na região. O arrendamento mercantil é vantajoso para as empresas de pequeno e médio porte porque não exige o dispêndio de recursos de capital que são limitados e permite modernizar equipamentos produtivos sem preocupação com a obsolescência. As operações de arrendamento mercantil alavancam os recursos da CII porque, à medida que os arrendamentos são pagos, as empresas que os concedem usam esta receita para conceder novos arrendamentos a outras empresas. A partir de 2000, essa ferramenta de desenvolvimento permitiu efetuar 4.900 operações de arrendamento mercantil² em benefício de empresas de pequeno e médio porte na região.

Expansão da capacidade de financiamento por meio de operações patrimoniais

Para atingir as empresas de menor porte, é indispensável usar instrumentos financeiros específicos, bem como os serviços de instituições financeiras especializadas. A CII está constantemente procurando identificar novos parceiros financeiros para colaborar no atendimento às necessidades deste vibrante mercado. Em 2001, a CII fez um investimento de US\$ 10 milhões no Banco de Desarrollo, instituição financeira especializada no setor de micro e pequenas empresas no Chile. Desde então, o Banco de Desarrollo concedeu empréstimos em valor equivalente a US\$ 2,55 bilhões a mais de 213.000 micro e pequenas empresas. O porte médio do financiamento às pequenas empresas é de US\$ 29.000; para as microempresas é de US\$ 900.

Financiamento aos pequenos agricultores

Os pequenos agricultores geram postos de trabalho e são essenciais ao desenvolvimento sustentável. Para financiar os produtores agrícolas, é necessário fazer uso de produtos e serviços financeiros específicos, direcionados para as necessidades específicas dos pequenos agricultores. Um financiamento de US\$ 10 milhões concedido pela CII permitiu que a Almacenedora Mercader S.A. (Almer), uma empresa mexicana de armazéns gerais, financiasse pequenos produtores locais de milho, trigo e sorgo por meio de contratos de recompra. Com essa linha de crédito da CII, aprovada em 2000, a Almer concedeu bem mais de US\$ 96,4 milhões em financiamentos a pequenos agricultores, em mais de 180.000 transações. Até agora, esse mecanismo já alavancou o financiamento da CII mais de nove vezes.

Criação de novas opções de financiamento com os parceiros

A CII, em um trabalho conjunto com o Rabobank no Brasil, participou do financiamento de uma nova estrutura para a securitização de recebíveis de empresas de pequeno e médio porte.

² Não inclui o arrendamento mercantil em pesos na Colômbia.

Antes de 2005, a CII aprovou duas transações de US\$ 100 milhões com o Banco Rabobank International Brasil S.A. para a securitização de recebíveis. Ambas as transações foram co-financiadas pelo Rabobank Curaçao N.V. Os recursos gerados por essas transações foram usados para financiar a aquisição, pelo Rabobank, das cotas de classe sênior de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FDIC) no Brasil. Os FDICs foram criados pela Comissão de Valores Mobiliários como mecanismo para permitir às empresas transferir a titularidade de seus recebíveis. Esses fundos foram estabelecidos para adquirir recebíveis descontados emitidos por empresas selecionadas que financiassem clientes de pequeno e médio porte. Os recursos da linha combinada de US\$ 200 milhões foram usados para financiar 140.825 empresas de pequeno e médio porte, com um valor médio por empresa em torno de US\$ 1.500.³

Financiamento por intermédio de instituições financeiras— Rabobank: financiamento a mais de 140.000 empresas

A CII financia um setor-chave: Educação

A educação particular é um setor econômico de importância crítica para o desenvolvimento, pois cria o alicerce para a formação de uma força de trabalho capacitada, em condições de agregar valor e adaptar-se à inovação e mudança tecnológica. A concessão de empréstimos a instituições educacionais privadas, principalmente as que têm como mantenedoras fundações ou entidades sem fins lucrativos, envolve fatores de risco jurídico e de outras naturezas, os quais têm desencorajado outras instituições financeiras na região. Em resposta à falta de fontes de financiamento alternativas e ao crescimento na demanda por uma educação mais ampla e moderna, a CII está desenvolvendo conhecimentos especializados, bem como uma presença de mercado no setor.

A CII investe em capital humano financiando a educação

A CII contribui para uma sinergia inovadora no Grupo do BID

O conhecimento que a CII tem do setor privado e de inovação na área do desenvolvimento estão contribuindo para o sucesso de outras atividades do setor privado dentro do Grupo do BID.

Consolidação dos mercados de capitais

Em 2000, a CII abriu novos caminhos ao celebrar um contrato para comprar títulos lastreados por hipotecas da Brazilian Securities Companhia de Securitização. Esses foram os primeiros títulos lastreados por hipotecas emitidos no mercado de capitais brasileiro para posterior colocação junto a investidores institucionais. Com o aumento da demanda por títulos lastreados por hipotecas, em 2001 a CII abriu uma linha de financiamento de compra para a Brazilian Securities Companhia de Securitização destinada à aquisição e armazenamento de obrigações de empréstimos imobiliários garantidas. Essa linha da CII permitiu que a Brazilian Securities adquirisse volumes maiores de financiamentos imobiliários para subsequente securitização, assim aumentando a capacidade da empresa para desenvolver a liquidez do mercado secundário para financiamentos imobiliários no Brasil.

Coordenação com o BID

³ Número de clientes que recebem financiamento por intermédio do Rabobank com base nos números de identificação do contribuinte.

Operações de microfinanciamento com o FUMIN

A demanda de títulos lastreados por hipotecas desenvolvida com o apoio financeiro da CII aumentou mais depressa que a capacidade da própria Corporação para conceder os financiamentos de que a Brazilian Securities necessitava. A CII, em colaboração com o Departamento do Setor Privado do BID, ajudou a Brazilian Securities a conseguir uma linha de crédito rotativo garantida de US\$ 75 milhões para o armazenamento de instrumentos hipotecários. Como membro do Grupo do BID, a CII teve condições para mobilizar uma fonte de financiamento nova e mais forte para a Brazilian Securities, dentro do próprio Grupo do BID, que, por sua vez, vai apoiar-se no trabalho pioneiro no mercado de financiamento imobiliário financiado pela CII.

Expansão dos financiamentos a instituições de microfinanciamento

Em colaboração com o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), líder nos empréstimos a instituições de microfinanciamento e investimento na região, a CII concedeu empréstimos a quatro instituições dedicadas ao microfinanciamento na Bolívia, El Salvador, Equador e Nicarágua, em 2005. Esses empréstimos foram as primeiras linhas de crédito proporcionadas conjuntamente pela CII e pelo FUMIN a instituições de microfinanciamento. A combinação da experiência da CII nos empréstimos a instituições financeiras sujeitas a regulamentação com o conhecimento que o FUMIN tem do setor de microfinanciamento permitiu criar uma solução de financiamento de amplo alcance para esta rede de bancos especializados em microfinanciamento, controlada pela Internationale Micro Investitionen Aktiengesellschaft (IMI) da Alemanha.

Esses quatro projetos também fazem parte do esforço do Grupo do BID para atender às diretrizes sobre desenvolvimento do setor privado estabelecidas na Declaração de Nuevo León, que encorajam o uso do setor bancário a fim de canalizar empréstimos para micro e pequenas empresas privadas na América Latina e no Caribe.

Promoção de habitações populares

Um encaminhamento da Caja Madrid conduziu a um empréstimo da CII, DEG Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH, e FMO Nederlandse Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden N.V. à Hipotecaria Su Casita, S.A. de C.V. SOFOL, para o financiamento de habitações populares no México.

Esta operação da CII complementa um empréstimo do FUMIN e recursos de cooperação técnica a fundo perdido para um projeto piloto cujo agente executante é a Hipotecaria Su Casita. O projeto do FUMIN busca direcionar a poupança de mexicanos que moram nos Estados Unidos para a aquisição de residências no México e para reforçar o impacto das remessas dos trabalhadores sobre o desenvolvimento. O projeto da CII também complementa uma operação entre o Departamento do Setor Privado do BID e a Su Casita, atualmente em consideração. A operação do BID consistiria numa garantia de crédito parcial para uma linha de armazenamento, lastreada por hipotecas novas, cujos recursos seriam usados pela Su Casita para aumentar a capacidade de originar hipotecas residenciais.

Os membros do Grupo do BID promovem o financiamento de habitações

A CII: fatos e dados

A CII é uma instituição financeira multilateral com quarenta e três países membros, que faz parte do Grupo do BID. Segundo seu Convênio Constitutivo, sua finalidade é promover o desenvolvimento econômico de seus países membros regionais em processo de desenvolvimento, mediante o estímulo ao estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas, prioritariamente pequenas e médias, de modo a complementar as atividades do BID.

Para cumprir o seu mandato, a CII oferece uma série de produtos e serviços financeiros, quer diretamente (empréstimos de longo prazo, garantias, investimento de capital e subscrição de títulos), quer indiretamente, por linhas de crédito oferecidas a instituições financeiras intermediárias locais, que proporcionam recursos para investimentos corporativos, refinanciamento e capital de giro, bem como mecanismos de garantias e de arrendamento financeiro e operacional. A CII também concede empréstimos estruturados, financiamento para fundos de *private equity*, bem como empréstimos para programas de apoio à cadeia produtiva.

Todos os clientes atendidos pela CII são empresas privadas, preferivelmente de pequeno e médio porte. Usando recursos de engenharia financeira, a CII adapta seus produtos às necessidades de financiamento específicas de seus clientes.

A CII trabalha **diretamente** com o setor privado usando várias ferramentas, inclusive as que se seguem:

- Empréstimos de curto prazo, até dois anos (capital de giro ou *trade financing*);
- Empréstimos de médio prazo, até cinco anos (capital de giro, empréstimos corporativos, ou financiamento de projetos);
- Empréstimos de longo prazo, no máximo dez anos (financiamentos corporativos ou financiamento de projetos);
- Empréstimos subordinados;
- Investimentos em capital ou quase-capital;
- Garantias de crédito para empréstimos e instrumentos de dívida.

Indicadores financeiros básicos da CII*

Início das operações	1989
Países membros	43
Capital autorizado	US\$ 703,7 milhões
Capital integralizado	US\$ 500,9 milhões
Saldo de carteira de empréstimos	US\$ 510,7 milhões
Empréstimos concedidos cumulativos	US\$ 1,9 bilhões
Quadro de pessoal autorizado	100 empregados

* Dados arredondados. Pormenores nas demonstrações financeiras.

Indiretamente, a CII disponibiliza financiamentos para empresas privadas:

- adquirindo participações acionárias em fundos de *private equity* que façam investimentos em capital e quase-capital;
- fornecendo recursos a instituições financeiras intermediárias privadas (por exemplo, linhas de crédito, arrendamento mercantil, fatorização);
- concedendo linhas de crédito de agente a terceiros; e
- disponibilizando financiamentos por intermédio de cadeias produtivas e acordos de co-financiamento com agências de desenvolvimento.

Os gráficos adiante apresentam uma visão geral das operações da CII e mostram como seu impacto no desenvolvimento é alavancado muitas vezes pelo trabalho conjunto com instituições financeiras locais e outros intermediários.

Para o futuro, a CII tem o compromisso de expandir sua presença na região e fortalecer relacionamentos de longo prazo com seus clientes, acompanhando seu crescimento e diversificação, ajudando a fazer uma contribuição sustentável à economia local e a melhorar a vida da população regional. Os resultados alcançados até agora e as metas da CII para o futuro são apresentados mais pormenorizadamente neste Relatório Anual.

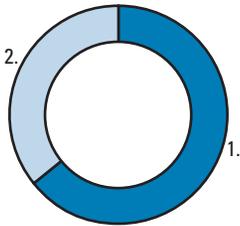
Principais indicadores operacionais para 2005

Projetos aprovados com valor inferior a US\$ 3,0 milhões	9
Projetos aprovados com valor entre US\$ 3,0 milhões e US\$ 10,0 milhões	14
Projetos aprovados com valor superior a US\$ 10,0 milhões	14
Valor médio dos financiamentos aprovados, corporativos	US\$ 3,7 milhões
Valor médio dos financiamentos a instituições financeiras aprovados	US\$ 11 milhões
Valor médio dos financiamentos a instituições financeiras usando recursos da CII	US\$ 4.900
Número médio de meses necessário para a aprovação de operações com instituições financeiras intermediárias	2 meses
Número médio de meses necessário para aprovação de operações com empresas, programas e cadeias produtivas	3 meses
Total de baixas / empréstimos e investimentos em capital social (<i>total acumulado em 31/12/05</i>)	4,22%
Provisões / empréstimos e investimentos em capital social (<i>dezembro de 2005</i>)	11,19%
Número de empresas que solicitaram financiamento da CII	932
Número de projetos e programas aprovados	37
Número de projetos sob supervisão	153
Número de empréstimos com intermediação de instituições financeiras e fundos de investimento	23

Relatório harmonizado*

Número de empréstimos com intermediação de instituições financeiras e fundos de investimento	548.712
--	---------

* Total acumulado a partir de 2000

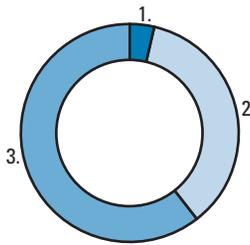


67% dos ativos da CII estão colocados com o setor privado

Composição dos ativos da CII

(em 31 de dezembro de 2005)

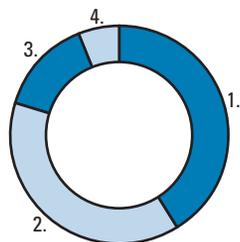
- | | |
|---|------------|
| 1. Empréstimos e participações societárias—setor privado: | 67% |
| 2. Outros ativos: | 33% |



Composição dos projetos aprovados, total acumulado

(em 31 de dezembro de 2005)

- | | |
|---|--------------|
| 1. Projetos aprovados com valor inferior a US\$ 3 milhões: | 3,8% |
| 2. Projetos aprovados com valor entre US\$ 3 milhões e US\$ 10 milhões: | 35,9% |
| 3. Projetos aprovados com valor superior a US\$ 10 milhões: | 60,3% |



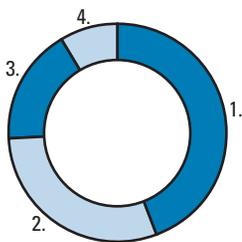
41,1% dos projetos ativos da carteira são projetos diretos

Distribuição da carteira ativa líquida aprovada por produto financeiro

(em 31 de dezembro de 2005)

Número de projetos

- | | |
|------------------------------|-----------|
| 1. Projetos diretos: | 63 |
| 2. Instituições financeiras: | 59 |
| 3. Fundos de investimento: | 22 |
| 4. Linhas de agência: | 9 |

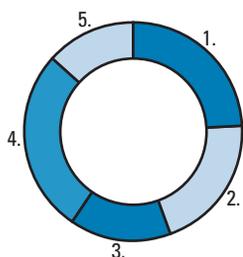


Distribuição da carteira ativa líquida aprovada por produto financeiro

(em 31 de dezembro de 2005)

Financiamentos aprovados

1. Instituições financeiras:	44,4%
2. Projetos diretos:	29,9%
3. Linhas de agência:	17,1%
4. Fundos de investimento:	8,6%



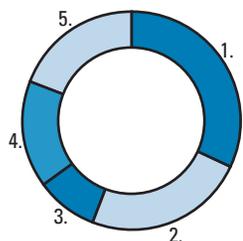
Distribuição da carteira ativa líquida aprovada por grupo de países

(em 31 de dezembro de 2005)

Número de projetos

1. Grupo A:	37
2. Grupo B:	31
3. Grupo C:	22
4. Grupo D:	42
5. Regional:	21

41,8% dos projetos estavam em países C e D



Distribuição da carteira ativa líquida aprovada por grupo de países

(em 31 de dezembro de 2005)

Financiamentos aprovados

1. Grupo A:	34,4%
2. Grupo B:	25,0%
3. Grupo C:	7,3%
4. Grupo D:	12,8%
5. Regional:	20,5%

20,1% dos financiamentos aprovados foram para países C e D

Distribuição setorial em 2005— Número de projetos ativos

(em 31 de dezembro de 2005)

Setor	%
Serviços financeiros	40%
Fundos de investimento	16,9%
Agricultura e agronegócios	11,5%
Serviços públicos e infra-estrutura	5,4%
Aquacultura e pesca	3,8%
Educação	3,1%
Manufatura em geral	3,1%
Alimentos, engarrafamento e bebidas	2,3%
Produtos químicos e plásticos	2,3%
Turismo e hotelaria	2,3%
Madeira, papel e celulose	2,3%
Pecuária e avicultura	1,5%
Têxteis, confecções e couro	1,5%
Zonas de processamento industrial	1,5%
Serviços não financeiros	0,8%
Petróleo e mineração	0,8%
Transporte e armazenamento	0,8%

Distribuição setorial em 2005— Financiamentos aprovados ativos

(em 31 de dezembro de 2005)

Setor	%
Serviços financeiros	52,9%
Fundos de investimento	10,6%
Agricultura e agronegócios	9,7%
Aquacultura e pesca	3,9%
Serviços públicos e infra-estrutura	3,3%
Educação	2,7%
Produtos químicos e plásticos	2,5%
Madeira, papel e celulose	2,4%
Pecuária e avicultura	2,1%
Manufatura em geral	2,0%
Alimentos, engarrafamento e bebidas	1,8%
Zonas de processamento industrial	1,5%
Turismo e hotelaria	1,4%
Serviços não financeiros	0,9%
Têxteis, confecções e couro	0,9%
Transporte e armazenamento	0,8%
Petróleo e mineração	0,7%

Desembolsos por intermédio de fundos fiduciários

Austrian Fund	US\$ 10.000
Danish Trust Fund	US\$ 37.800
Italian Fund	US\$ 470.218
United States Trade and Development Agency	US\$ 50.000

0 ano em retrospecto

Destaques de 2005

Adicionalidade e impacto no desenvolvimento

Os projetos aprovados em 2005 devem levar à criação de mais de 66.0000 postos de trabalho. Os US\$ 341,7 milhões aprovados em 2005 vão dar apoio à implementação de projetos com um custo total de US\$ 537,1 milhões. De cada dólar reservado pela Corporação para operações aprovadas em 2005, US\$ 2,70 serão mobilizados por outras fontes.

Dos investimentos compromissados pela CII, 95% tinham sido totalmente desembolsados até 31 de dezembro de 2005.

Resultados operacionais

Este ano, a Diretoria Executiva da CII aprovou trinta e sete projetos e programas em quinze países—mais três projetos regionais—num total de US\$ 341,65 milhões. O valor médio por operação foi de US\$ 9,2 milhões, como se segue:

- doze operações corporativas diretas, com um valor médio de US\$ 3,8 milhões;
- dezenove operações por intermédio de instituições financeiras, com um valor médio de US\$ 11,0 milhões, para financiar empresas de pequeno e médio porte; e
- dois programas de co-financiamento e outros contratos com um valor médio de US\$ 15,0 milhões, a fim de canalizar empréstimos para pequenos produtores.

Dois dos empréstimos do ano serão co-financiados, assim mobilizando US\$ 100,0 milhões em financiamentos de bancos e outras fontes. Os recursos canalizados pela CII em 2005 totalizaram US\$ 441,7 milhões.

Os projetos aprovados no ano seguiram-se à identificação de 932 projetos potenciais em vinte e cinco países; 801 deixaram de ser considerados, porque não atendiam a critérios básicos da CII relacionados com porte, adicionalidade ou risco percebido, entre outros. Os 131 remanescentes passaram às fases seguintes. Trinta e sete transações foram submetidas à consideração da Diretoria Executiva e aprovadas.

Resultados financeiros

A receita da CII de todas as fontes em 2005 totalizou US\$ 37,6 milhões. A receita de opera-

ções de crédito totalizou US\$ 24,1 milhões (US\$ 22,3 milhões de juros e US\$ 1,8 milhão de comissões e outras receitas de investimentos provenientes de empréstimos). Os ganhos de capital e a receita de dividendos da carteira de participações societárias totalizaram US\$ 2,2 milhões no exercício. As despesas totalizaram US\$ 18,7 milhões, o que resultou em um lucro líquido de US\$ 13,7 milhões.

O lucro líquido aumentou de US\$ 3,5 milhões em 2004 para US\$ 13,7 milhões em 2005. O aumento do lucro líquido é atribuído aos seguintes fatores:

- compromisso e desembolso de ativos de qualidade mais alta;
- elevação da receita de juros sobre os empréstimos com taxa variável, devida ao aumento nas taxas de juros;
- continuação das recuperações de investimentos problemáticos; e
- continuação do processo de moderação das condições macroeconômicas em regiões com economia abalada.

A parceria cresce

No início de 2005, a República da Coreia foi admitida na CII como seu quadragésimo terceiro país membro. A República da Coreia irá contribuir para um fundo fiduciário que dará apoio direcionado à missão da Corporação e às operações em países membros regionais em desenvolvimento, com preferência para as economias pequenas e menos desenvolvidas. Para obter mais informações sobre esse fundo fiduciário, leia a seção sobre fundos especiais.

Outros eventos

Reunião anual da Federação Latino-Americana de Bancos

A CII foi uma das patrocinadoras da trigésima nona reunião anual da Federação Latino-Americana de Bancos (FELABAN), realizada em fins de novembro de 2005. Entre os membros da FELABAN há instituições bancárias e outras organizações de dezenove países da América Central e do Sul: mais de 700 bancos e outras instituições financeiras ao todo. Sua reunião anual de bancos latino-americanos é a maior do seu tipo. Mil banqueiros da região

participaram da reunião, juntamente com 100 delegados de grandes bancos europeus, canadenses e dos EUA que têm negócios com a América Latina. A CII aproveitou o evento para reforçar relacionamentos e fazer novos contatos, e montou um estande onde mostrou seus vídeos promocionais e distribuiu informações sobre o trabalho da Corporação como organização que procura cooperar com as empresas da região e lhes oferecer soluções financeiras.

Curso sobre o meio ambiente para as instituições intermediárias

A CII realizou sua nona oficina sobre a melhoria da gestão ambiental corporativa para representantes de instituições financeiras da América Latina e do Caribe de 25 a 27 de maio de 2005. O objetivo da oficina, intitulada Vantagem Empresarial Competitiva: Gestão Ambiental no Setor Financeiro, era treinar as instituições financeiras para desenvolver estratégias ambientais destinadas a seus programas de financiamento de empresas privadas de pequeno e médio porte, bem como elevar o nível de conscientização sobre as vantagens oferecidas por esses programas. A oficina, co-patrocinada pela Corporação Financeira Internacional (IFC), que é membro do Grupo do Banco Mundial, e pelo Departamento do Setor Privado do Banco Interamericano de Desenvolvimento, contou com quarenta e seis participantes, representando trinta instituições financeiras de dezessete países da América Latina e do Caribe.

Os três dias de apresentações e sessões de grupos de trabalho cobriram sistemas de gestão de sustentabilidade ambiental, examinaram a incorporação da análise ambiental ao processo de crédito e discutiram meios para identificar problemas e oportunidades potenciais relacionadas com o meio ambiente. Dois dos bancos participantes do seminário, que já estão implementando sistemas de gestão sustentável, proporcionaram informações sobre sua experiência.

Caja Madrid

Na Reunião Anual da Assembléia de Governadores em Okinawa, Japão, a CII celebrou um contrato de empréstimos com a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid, conforme um acordo de financiamento estruturado para até US\$ 50 milhões concedido pela Caja Madrid à CII.

Banco Japonês para a Cooperação Internacional
Também na Reunião Anual, a CII assinou um memorando de entendimento com o Banco Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC, www.jbic.go.jp) a fim de proporcionar uma estrutura geral que facilite a cooperação entre o JBIC e a CII para a proposta e implementação de iniciativas financeiras nos níveis regional, nacional e setorial, e para o apoio à criação de redes institucionais e construção de capacidade no domínio financeiro.

O JBIC foi estabelecido com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sólido do Japão por meio de exportações e importações japonesas e de atividades econômicas no exterior, bem como pelo apoio ao desenvolvimento econômico e social e estabilidade econômica nas áreas em desenvolvimento.

WUB International

A CII assinou um memorando de entendimento com a WUB International, uma associação organizada pela comunidade empresarial do Havai e Okinawa, com o objetivo de construir uma rede empresarial em escala mundial.

O objetivo principal do memorando de entendimento é promover investimentos e identificar transações nos países membros da CII na América Latina e no Caribe em que a WUB International teria interesse de participar.

Assuntos institucionais

Reunião Anual

A Vigésima Reunião Anual da Assembléia de Governadores da CII teve lugar em Okinawa, Japão, de 10 a 12 de abril de 2005, em conjunto com a quadragésima sexta Reunião Anual da Assembléia de Governadores do BID. Nessa reunião, os Governadores aprovaram as demonstrações financeiras da CII para o ano findo em 31 de dezembro de 2004, bem como o relatório anual da Corporação.

Diretoria Executiva

Entre os assuntos considerados pela Diretoria Executiva da Corporação em 2005, figuram:

- Plano operacional para 2005–2006;
- Relatório verbal sobre a posição das subscrições de capital;
- Proposta de empréstimo para o programa de instituições financeiras, com o objetivo de atender às metas da Declaração de Nuevo Leon;

Aprovações acumuladas por país menos projetos descartados e cancelados

(em 31 de dezembro de 2005)

País	% do total
Argentina	7,30%
Bahamas	0,27%
Barbados	0,31%
Belize	0,04%
Bolívia	2,82%
Brasil	12,84%
Chile	4,77%
Colômbia	9,28%
Costa Rica	2,92%
El Salvador	0,95%
Equador	3,60%
Guatemala	2,73%
Guiana	0,16%
Haiti	0,04%
Honduras	3,00%
Jamaica	1,81%
México	10,83%
Nicarágua	2,24%
Panamá	1,41%
Paraguai	1,36%
Peru	6,08%
República Dominicana	2,68%
Trinidad e Tobago	0,90%
Uruguai	3,76%
Venezuela	2,81%
Regional A/B/C e D	5,47%
Regional exclusivamente A/B	3,15%
Regional exclusivamente C/D	6,46%

Aprovações acumuladas por setor menos projetos descartados e cancelados

(em 31 de dezembro de 2005)

Setor	% do total
Agricultura e agroindústria	8,15%
Alimentos, engarrafamento e bebidas	1,64%
Aquacultura e pesca	3,01%
Educação	1,09%
Fundos de investimento	9,65%
Linhas de agência	10,36%
Madeira, papel e celulose	1,34%
Manufatura em geral	3,18%
Mercados de capital	1,13%
Pecuária e avicultura	1,01%
Petróleo e mineração	2,06%
Produtos químicos e plásticos	2,88%
Programa de pequenos empréstimos	0,89%
Saúde	0,66%
Serviços financeiros	38,15%
Serviços não financeiros	0,85%
Serviços públicos e infra-estrutura	3,40%
Tecnologia, comunicações e nova economia	1,22%
Têxteis, confecções e couro	1,15%
Transporte e armazenamento	1,99%
Turismo e hotelaria	2,92%
Zonas de processamento industrial	1,65%
Diversos	1,64%

- Dois relatórios do Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) do BID: Terceiro Relatório de Avaliação Independente e Plano de Ação para Reforçar a Avaliabilidade das Iniciativas Programáticas e Planos Operacionais da CII;
- Relatório sobre a mudança da sede da CII para 1350 New York Avenue;
- Modificação da política de divulgação da CII;
- Relatório da CII sobre a experiência com fundos de investimento.

Os principais fatos relacionados com os assuntos trazidos à atenção da Diretoria são discutidos em outra parte deste Relatório Anual.

Metas da Declaração de Nuevo León

No início de 2004, em Monterrey, México, os presidentes e primeiros ministros de trinta e quatro países do hemisfério ocidental participaram de uma reunião de cúpula extraordinária com o objetivo de “avançar na implementação de medidas para combater a pobreza, promover o desenvolvimento social, alcançar um crescimento econômico com equidade e reforçar a governabilidade de nossas democracias”. A Declaração de Nuevo León apresenta os princípios orientadores e as metas gerais para os governos dos Estados que participaram da reunião e se refere especificamente ao papel da empresa privada no desenvolvimento:

Ressaltamos a importância da participação do setor privado para a consecução dos nossos objetivos. Reconhecemos que as micros, pequenas e médias empresas constituem um elemento fundamental para o crescimento econômico, a criação de empregos e a redução da pobreza nos nossos países. Apoiaremos as micros, pequenas e médias empresas mediante políticas e programas que facilitem sua consolidação e incorporação ao setor formal, permitam seu acesso efetivo aos mercados e às licitações do setor público e, entre outros, promovam a formação de recursos humanos e facilitem o acesso ao crédito, aos serviços de desenvolvimento empresarial e às novas tecnologias, a fim de reduzir os custos administrativos. Também pro-

moveremos a intensificação da cooperação internacional a fim de promover a transferência das melhores práticas destinadas ao desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas.

Entre as medidas mencionadas para esse fim está a triplicação dos “empréstimos às micros, pequenas e médias empresas por meio do sistema bancário, procurando beneficiar todos os países que participam do processo de Cúpulas das Américas”. A importância dada pela Declaração à necessidade de expandir o financiamento a essas empresas foi ratificada pelo Plano de Ação do G8 para a Aplicação do Poder do Empreendimento à Erradicação da Pobreza, aprovado pela Cúpula de Sea Island em junho de 2004.

A CII está trabalhando para atender à meta, expressa na Declaração de Nuevo León, de triplicar sua carteira de pequenas e médias empresas financiadas pelas instituições financeiras da América Latina e do Caribe até o fim de 2007. A CII espera atingir essas metas oferecendo financiamentos de curto prazo e *trade financing*; estabelecendo novos limites de crédito que permitam aumentar a exposição com grandes instituições financeiras com bom crédito; aumentando o número de empréstimos B às instituições financeiras; promovendo, em conjunto com o FUMIN, o financiamento de empresas de pequeno e médio porte via instituições financeiras da América Latina e do Caribe; agilizando o processo de aprovação interna para transações de valor menor; oferecendo opções de financiamento com taxas de juros fixas e flutuantes; concedendo ampliação de crédito para emissões em moeda local, com o objetivo de reduzir seu custo e alongar seus prazos; e concedendo garantias a instituições financeiras locais no caso de projetos em moeda local com empresas de pequeno e médio porte. Grande parte dessas metas vai ser atingida com o Programa de Instituições Financeiras Intermediárias aprovado pela Diretoria Executiva este ano.

Dentre as medidas internas tomadas pela CII em apoio a seus esforços para atingir as metas da Declaração de Nuevo León estão a criação de uma unidade de instituições financeiras; a criação de uma linha de crédito para empresas de pequeno e médio porte em conjunto pela CII e o FUMIN para combinar a assistência técnica do FUMIN com o crédito e garantias da CII em benefício de instituições financeiras locais a fim de aumentar os

Operações aprovadas em 2005

(em 31 dezembro de 2005—US\$ milhões)

País	Setor	Investimento	Valor bruto dos empréstimos e participações societárias aprovados	Custo total
Bolívia	Têxteis, confecções e couro	Altifibers	0,4	1,5
Brasil	Linhas de agência	RABOBANK III	15,0	15,0
	Serviços financeiros	Banco Itaú	30,0	100,0
		Unibanco	10,0	40,0
	Diversos	Sofisa Guarantee	2,4	2,4
Chile	Agricultura e agroindústria	Ben David	3,0	7,0
	Serviços financeiros	FACTORLINE II	2,0	2,0
Colômbia	Serviços financeiros	Bancóldex	30,0	30,0
		FNG	10,0	10,0
		Leasing Colombia (Pesos)	20,0	20,0
		Leasing Bolívar (Pesos)	9,0	9,0
		Leasing de Crédito (Pesos)	10,0	10,0
		Leasing Occidente (Pesos)	20,0	20,0
		Leasing del Valle (Pesos)	11,0	11,0
Costa Rica	Serviços financeiros	Multivalores	1,0	1,0
		IMPROSA - GARANTIA	3,5	3,5
Equador	Serviços financeiros	Bolivariano II	7,0	7,0
	Serviços públicos e infra-estrutura	Abanico II	4,0	12,0
Guatemala	Serviços financeiros	Banco de Occidente II	10,0	10,0
Honduras	Têxteis, confecções e couro	Caracol III	3,8	15,6
México	Linhas de agência	GB NAFIN CII	30,0	68,0
	Agricultura e agroindústria	ALMER II	10,0	10,0
	Serviços financeiros	Su Casita	20,0	100,0
Nicarágua	Agricultura e agroindústria	Café Soluble III	7,0	14,2
	Serviços financeiros	BDF	5,0	5,0
	Pecuária e avicultura	La Estrella	4,2	4,2
Panamá	Serviços públicos e infra-estrutura	Ternor II	1,9	9,4
Paraguai	Linhas de agência	Banco Regional II	1,0	1,0
	Agricultura e agroindústria	Agrofertil	2,0	2,0
	Serviços financeiros	Financiera Familiar	1,0	1,0
Peru	Agricultura e agroindústria	Green Peru	1,5	4,5
República Dominicana	Serviços financeiros	BHD	5,0	5,0
Uruguai	Linhas de agência	Linha de Agência CU	5,0	10,0
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	CONAPROLE	5,0	5,0
Regional A/B/C e D	Linhas de agência	LAAD II	6,0	12,0
		CAF	30,0	60,0
Regional exclusivamente C/D	Serviços financeiros	Interfin Regional	5,0	10,0
Total		37	341,7	635,3

empréstimos a empresas de pequeno e médio porte; emenda das diretrizes sobre exposição, de modo a oferecer empréstimos de valores mais altos a instituições financeiras qualificadas, para fins de repasse a empresas de pequeno e médio porte; ampliação da autoridade da CII para financiar transações de curto prazo; obtenção de uma isenção temporária do limite setorial para instituições financeiras da CII; e preparação de um contrato de mútuo padrão para as instituições financeiras, de modo a agilizar as transações.

Descentralização

Para aumentar a eficiência dos serviços que presta a seus clientes, a CII continuou a aumentar o quadro de pessoal lotado na região e o número de países onde esse pessoal é lotado. Em 2005, o pessoal regional da CII aumentou para vinte funcionários, localizados em oito países, em comparação com os quinze funcionários em três países com que contava em 2002.

A descentralização da criação de negócios e supervisão de carteira está aumentando o volume de novas oportunidades de negócios e tornando a interação com os clientes atuais mais freqüente e oportuna. Esse processo, portanto, vai continuar a ser um importante foco da estratégia da CII nos anos vindouros.

Flexibilidade e novos produtos

As capacidades de produtos da CII foram expandidas para incluir uma composição mais ampla de alternativas de financiamento. Entre os novos produtos estão os empréstimos de curto e médio prazo para diversas finalidades, incluindo *trade finance* e capital de giro. Além de reforçar o desempenho financeiro da CII, o aumento na flexibilidade e as novas capacidades de produto procuram responder a necessidades financeiras do mercado-alvo da CII até agora não atendidas e elevar o nível das atividades de financiamento e investimento da CII nas economias menores da região.

Em 2005, o aumento na flexibilidade de produto resultou nos benefícios financeiros e de desenvolvimento esperados. Os novos produtos foram responsáveis por 30% do número de projetos aprovados no ano. As transações com instituições financeiras, outro foco importante das atividades de novos negócios em 2005, responderam por cerca de US\$ 209,5 milhões, ou seja, 61% do volume dos projetos

aprovados no ano. Por intermédio das operações de co-financiamento, a CII também conseguiu mobilizar mais US\$ 100 milhões por intermédio de instituições financeiras.

O trabalho no Grupo do BID

A ação conjunta das instituições que compõem o Grupo do BID é um poderoso agente do desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A colaboração entre a CII e o BID orienta-se sobretudo para o desenvolvimento dos segmentos dedicados ao setor privado das estratégias e programação de país. Para isso o Comitê de Crédito da CII faz às vezes de "comitê de investimento" para as operações do FUMIN durante o processo de revisão de empréstimos e investimentos de capital deste último.

Setor Privado

A CII tem se empenhado ativamente no processo de estratégia para o desenvolvimento do setor privado para todo o Grupo do BID. Este processo opera país a país e proporciona uma estrutura compartilhada para assegurar a coordenação da CII, do FUMIN e do PRI (Departamento do Setor Privado do BID) no nível de país. Embora tanto a CII como o PRI financiem projetos de infra-estrutura, a estrutura de custos do PRI não permite ao Departamento trabalhar lucrativamente com operações de valor inferior a US\$ 25 milhões. A CII participa dos grupos de trabalho e das missões organizadas para implementar estratégias, tais como viagens a diversos países da América Central e do Caribe em 2005. A Iniciativa sobre o Clima de Negócios, agora na fase de implementação sob a direção do BID, vai permitir que a CII contribua com seus conhecimentos e experiência relacionados com o setor das empresas de pequeno e médio porte.

Fundo Multilateral de Investimentos

O FUMIN foi estabelecido em 1992 para promover a viabilidade social e econômica das economias de mercado da América Latina e do Caribe. O FUMIN é administrado pelo BID e conta com a CII para a prestação de certos serviços. Além disso, o Comitê de Crédito da CII presta serviços ao Comitê de Créditos Ampliado no caso de transações do FUMIN relacionadas a fundos de investimento no capital de microempresas.

A CII presta serviços de consultoria ao FUMIN há muitos anos e a coordenação combina

Aprovações, desembolsos e saldos

(em 31 de dezembro de 2005—milhões de dólares)

País	Montante bruto aprovado			Desembolsos			Saldo		
	Empréstimo/ outros	Partici- pação	Total	Empréstimo/ outros	Partici- pação	Total	Empréstimo/ outros	Partici- pação	Total
Argentina	153,74	10,97	164,71	124,32	9,41	133,73	20,03	0,61	20,64
Bahamas	6,00	0,00	6,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Barbados	3,00	4,00	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Belize	1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia	61,75	1,93	63,68	53,32	1,33	54,65	9,33	0,00	9,33
Brasil	271,20	18,50	289,70	177,43	13,03	190,46	82,28	2,76	85,04
Chile	77,35	30,33	107,67	58,55	24,08	82,63	29,10	14,97	44,07
Colômbia	196,37	12,88	209,25	125,39	9,51	134,89	91,01	0,92	91,93
Costa Rica	64,45	1,50	65,95	53,25	0,50	53,75	17,72	0,00	17,72
El Salvador	16,88	4,50	21,38	16,40	2,00	18,40	10,96	0,00	10,96
Equador	78,78	2,50	81,28	46,70	1,80	48,50	25,38	0,00	25,38
Guatemala	61,05	0,50	61,55	18,88	0,00	18,88	0,46	0,00	0,46
Guiana	3,30	0,20	3,50	0,80	0,00	0,80	0,00	0,00	0,00
Haiti	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Honduras	66,60	1,00	67,60	32,70	0,00	32,70	12,28	0,00	12,28
Jamaica	39,30	1,52	40,82	9,03	0,00	9,03	2,53	0,00	2,53
México	195,99	48,25	244,24	62,94	25,06	87,99	19,03	10,18	29,21
Nicarágua	49,15	1,40	50,55	34,85	0,90	35,75	17,33	0,00	17,33
Panamá	31,88	0,00	31,88	31,88	0,00	31,88	6,60	0,00	6,60
Paraguai	30,60	0,00	30,60	23,94	0,00	23,94	4,89	0,00	4,89
Peru	126,25	10,83	137,08	76,14	4,48	80,62	20,48	0,00	20,48
República Dominicana	60,55	0,00	60,55	26,92	0,00	26,92	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	17,50	2,80	20,30	9,61	0,60	10,20	0,16	0,60	0,76
Uruguai	78,59	6,20	84,79	47,66	6,05	53,70	20,14	0,25	20,39
Venezuela	58,75	4,74	63,49	29,50	0,00	29,50	11,56	0,00	11,56
Regional A/B/C e D	76,00	47,50	123,50	10,00	26,69	36,69	8,18	13,66	21,84
Regional exclusivamente A/B	0,00	71,00	71,00	0,00	53,84	53,84	0,00	21,99	21,99
Regional exclusivamente C/D	111,18	34,50	145,68	33,13	17,73	50,86	22,80	12,50	35,31
Total	1.938,18	317,55	2.255,73	1.105,33	197,00	1.302,33	432,70	78,31	510,68

* Saldo contábil.

eficácia com fluidez. Como resultado do programa CII/FUMIN com as instituições financeiras, a CII e o FUMIN desenvolveram uma estratégia comum para trabalhar com instituições de microfinanciamento e estão trabalhando juntos em iniciativas para respaldar os esforços do Grupo do BID a fim de atingir a meta de investimentos da Declaração de Nuevo León.

Em 2004 a CII e o BID, este na qualidade de administrador do FUMIN, celebraram um memorando de entendimento para continuar sua colaboração e buscar novos mecanismos que proporcionem assistência técnica e financeira a empresas de pequeno e médio porte. Concordaram em trabalhar em conjunto na busca de instituições financeiras privadas dispostas a empenhar seus próprios recursos humanos e financeiros no desenvolvimento de programas de financiamento específicos de pequeno e médio porte e podem se beneficiar da combinação de assistência técnica do FUMIN e do financiamento da CII para reforçar sua capacidade de trabalhar com o setor de empresas de pequeno e médio porte.

A Linha de Financiamento para Empresas de Pequeno e Médio Porte CII/FUMIN tem o propósito de auxiliar as instituições financeiras a enfrentar questões de financiamento, custos de transação e gestão de risco que limitam seus empréstimos às empresas de pequeno e médio porte. A linha foi concebida para complementar os esforços do BID no sentido de reforçar o ambiente de transações garantidas e remover empecilhos estruturais, por intermédio de sua Iniciativa sobre o Clima de Negócios. Também está de acordo com a estratégia do setor privado aprovada pelo Grupo do BID, que pede maior coordenação entre os diversos ramos do setor privado do Grupo do BID e o desenvolvimento de parcerias estratégicas para alavancar recursos adicionais.

Até agora, os empréstimos e investimentos de capital da CII no quadro da linha de crédito conjunta totalizaram US\$ 9,6 milhões e, juntamente com os empréstimos, investimentos de capital e assistência técnica do FUMIN, devem atingir mais de 101.000 microempresas e empresas de pequeno e médio porte. A CII e o FUMIN estão aumentando o esforço de marketing para esta linha. As propostas de novos empréstimos e cooperação técnica provavelmente vão focalizar os empréstimos a empresas de pequeno e médio porte e novos instrumen-

tos, como a fatorização. Em 2005, a Corporação também supervisionou diversos projetos para o FUMIN, participou da estruturação e devida diligência de fundos de investimento em pequenos negócios e prestou serviços de supervisão para a preparação de novos investimentos do FUMIN.

Programas especiais

Programa de instituições financeiras

O programa de instituições financeiras, aprovado este ano, foi concebido para conceder até US\$ 160 milhões por ano de crédito expandido a empresas de pequeno e médio porte por intermédio de instituições financeiras locais. Esse financiamento será disponibilizado para essas empresas nas modalidades de financiamento que a CII está autorizada a conceder, como arrendamento mercantil, fatorização, financiamentos de capital de giro, créditos documentais e empréstimos pré- e pós-exportação, bem como financiamento de expansão de médio e longo prazo. O programa foi aprovado para um período inicial de três anos, entre 2005 e 2007. A Diretoria Executiva vai avaliar o desempenho do programa a intervalos regulares, para determinar se deve ser mantido após transcorrido o período inicial de três anos. O desempenho do programa será avaliado com base nos seguintes critérios:

- total dos financiamentos concedidos pela CII a empresas de pequeno e médio porte por intermédio do programa;
- valor dos empréstimos adicionais a essas empresas, além do concedido pelo programa;
- número de empresas beneficiadas pelo programa;
- quantidade estimada de postos de trabalho gerada pelos empréstimos do programa;
- número de bancos participantes do programa na qualidade de credores; e
- número de bancos participantes do programa na qualidade de credores B.

A equipe de instituições financeiras da CII é responsável por originar, analisar, estruturar e supervisionar todas as operações com instituições financeiras que recebem financiamento por meio do programa.

A promoção do uso do Programa de Instituições Financeiras para os projetos com

Países de origem e aquisições agregadas, 1989–2005

(em 31 de dezembro de 2005—milhares de dólares)

Alemanha	78.559
Argentina	289.188
Áustria	358
Bahamas	2.612
Barbados	3.000
Bélgica	272
Bolívia	12.142
Brasil	186.519
Chile	135.458
Colômbia	32.755
Coréia, República de	43
Costa Rica	72.169
Dinamarca	8.038
El Salvador	15.921
Equador	21.893
Espanha	21.857
Estados Unidos	405.137
Finlândia	2.240
França	15.757
Guatemala	49.657
Guiana	600
Honduras	57.498
Israel	13.367
Itália	45.747
Jamaica	4.940
Japão	18.170
México	99.254
Nicarágua	23.593
Noruega	7.551
Países Baixos	36.807
Panamá	13.913
Paraguai	5.890
Peru	72.813
República Dominicana	30.043
Suécia	677
Suíça	11.897
Trinidad e Tobago	1.000
Uruguai	69.698
Venezuela	37.281
Regional	18.530
Total	1.922.844

Fundo Fiduciário Coreano

No contexto da admissão da República da Coreia como quadragésimo terceiro país membro da Corporação, em 16 de março de 2005, a Coreia e a Corporação celebraram um acordo sobre a constituição do Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento das PMEs Coreia-CII. Nos termos do acordo, a Coreia comprometeu-se a fazer ao fundo uma dotação de US\$ 40 milhões. Em dezembro de 2005, a Coreia tinha feito uma contribuição em numerário no valor de US\$ 11,4 milhões, como constava no cronograma. O fundo fiduciário coreano, o maior estabelecido pela CII até agora, vai ajudar a Corporação a cumprir seu mandato de desenvolvimento.

A meta geral do fundo é financiar assistência técnica a fundo perdido e outras atividades de apoio à missão da CII e suas operações nos países membros regionais em desenvolvimento,

com preferência pelas economias pequenas e menos desenvolvidas. O fundo vai dar apoio a iniciativas que estão no núcleo do mandato da Corporação, incluindo as que se seguem.

- Estudos de pré-investimento, incluindo estudos setoriais e de mercado;
- Identificação de projetos;
- Desenvolvimento e implementação de novos mecanismos de financiamento;
- Estruturação de projetos e prestação de serviços de consultoria contábil, jurídica e ambiental;
- Organização de seminários, fóruns e oficinas para disseminar conhecimentos e experiências relacionadas com o mandato e objetivos da Corporação.

possibilidade de qualificação segundo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo criado no âmbito do Protocolo de Kyoto vai aumentar ainda mais o financiamento às empresas de pequeno e médio porte da região. Com esse objetivo, a CII está incluindo informações sobre créditos de carbono em seu programa de treinamento sobre o meio ambiente para as instituições financeiras. O programa de treinamento vai continuar sendo um componente integrante da assistência prestada a instituições financeiras intermediárias.

Financiamentos em moedas locais

Além de seu próprio mandato para conceder financiamentos de longo prazo a projetos em dólares dos EUA, a CII está também começando a explorar outras estruturas de apoio para empresas de pequeno e médio porte, por meio de financiamentos em moeda local. Devido a alterações na regulamentação de câmbio e porque algumas empresas preferem tomar empréstimos em moeda local para financiar investimentos de longo prazo, a CII está procurando enfrentar este novo desafio ampliando a abrangência de seu mandato em moeda local. Este ano, foram aprovadas operações que incluem um componente em moeda local com o Banco Sofisa no Brasil (programa de garantia em moeda local) e Nacional Financiera S.N.C. no México (programa de garantias de empréstimo parciais). Mais informações sobre as operações em moeda local na página 1.

Programas de co-financiamento

Para continuar a expandir o seu mandato, a CII também está estabelecendo programas de financiamento paralelo com instituições de desenvolvimento, para financiar projetos diretos de pequeno e médio porte nos países membros.

Gestão direta de empréstimos concedidos por intermédio de instituições financeiras

Além da carteira da CII de instituições financeiras intermediárias que receberam financiamentos, há algumas instituições financeiras intermediárias cujos resultados operacionais se mostraram fracos ou que estão sob intervenção das respectivas autoridades regulatórias. Em alguns casos, a CII executou as garantias em seu favor, de modo que os empréstimos concedidos pelas instituições financeiras intermediárias com recursos da CII estão sendo administrados, negociados, vendidos ou reestruturados diretamente pela própria CII, sem intermediários. Como resultado dessas medidas, a CII agora administra uma carteira de aproximadamente quarenta empréstimos.

Programas de cadeia produtiva

O objetivo dos programas de cadeia produtiva é usar o financiamento da CII para reforçar as relações entre grandes empresas e seus fornecedores. Esses programas oferecem aos fornecedores um número de vantagens que varia de

O Programa Italiano para o Desenvolvimento das Empresas de Pequeno e Médio Porte

O Programa Italiano para o Desenvolvimento das Empresas de Pequeno e Médio Porte é uma iniciativa para a criação de uma rede entre empresas italianas, latino-americanas e do Caribe, unidas por operações de importação, exportação e investimento estrangeiro direto. A meta é atingir empresas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe que tenham um relacionamento de trabalho com empresas italianas e necessitem de financiamento para seus investimentos em expansão, e encaminhar essas empresas à Corporação. O programa já criou uma ampla rede com agências de desenvolvimento, governos regionais e centrais, bancos, organizações internacionais e empresas na Itália, na América Latina e no Caribe que estão promovendo e efetuando negócios na região. Já se realizaram várias conferências e oficinas para introduzir a CII e o programa tanto na Itália como na América Latina, com o apoio de parceiros italianos, atingindo uma audiência de instituições locais e empresas selecionadas.

Foram lançadas iniciativas com a Comissão Comercial Italiana no Peru, Venezuela e Brasil; com a Região da Emilia Romagna no Chile, Argentina e Brasil; com as Câmaras de Comércio da Toscana no Peru, México e Brasil; com empresas do ramo automobilístico do Piemonte; e, no Brasil, com o Ministério Italiano da Produção.

Bancos italianos, como o Monte Paschi di Siena e o Banco Sanpaoloimi, estão criando ferramentas de co-financiamento para participar do programa de co-financiamento da CII. Como resultado desses esforços, o Banco Sanpaoloimi co-financiou uma transação no Brasil com o Bicbanco.

Foi dada particular atenção ao conceito de cadeia produtiva, com o objetivo de alcançar e financiar empresas que fazem parte da cadeia produtiva de empresas italianas, como a Pirelli S.A. Brasil ou a Fiat Brasil.

Foi construída uma base de dados abrangente de 500 empresas italianas e latino-americanas para mapear as conexões e interações empresariais. Esses dados serão usados para direcionar os esforços de marketing para a meta final de ter a CII como financiadora de alguns dos investimentos. Algumas dessas empresas já estão na fila para ter suas necessidades financeiras analisadas pela CII.

O programa está criando oportunidades de negócios e dando apoio ao desenvolvimento do setor privado na América Latina e no Caribe, dando origem a uma rede de negócios que oferece mais oportunidades e reforça as parcerias entre a Itália e as empresas da América Latina e do Caribe.

acordo com sua estrutura e fim específico. Por exemplo, permitem a essas empresas receber pagamentos antes do vencimento das faturas, assim reduzindo suas despesas financeiras e de cobrança, ou lhes fornecem um veículo para a transferência de know-how e tecnologia. Esses programas também concedem acesso a capital de médio prazo para a compra de ativos fixos. Com esse programa, as grandes empresas podem desenvolver suas cadeias produtivas e obter melhores preços de seus fornecedores.

Os programas de cadeia produtiva dão à CII uma oportunidade de alavancar seu alcance e atingir mais empresas de pequeno e médio porte, dando apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas.

AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund

A CII contribui com sua especialização regional na qualidade de consultora da Emerging Mar-

kets Partnership em relação com os investimentos do fundo AIG-GE em empresas de infra-estrutura na América Latina, principalmente nos setores de energia, transporte e telecomunicações. A Emerging Markets Partnership é a principal consultora do AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund. No ano, a CII prestou serviços de consultoria e monitoração para a carteira de projetos do fundo.

Fundos especiais: Compartilhamento de recursos, fomento ao desenvolvimento do setor privado

Um dos componentes importantes do processo de análise e recomendação da participação da CII no financiamento de projetos de desenvolvimento é a assistência técnica proporcionada pela Corporação a seus clientes em perspectiva. Essa assistência pode assumir a forma de assessoria sobre concepção de projetos, assuntos financeiros, econômicos, técnicos e

Comitês permanentes

Comitê de Crédito

Presidente: Oficial Principal de Crédito

- Analisa as novas operações e faz recomendações ao Gerente Geral a respeito de sua apresentação à aprovação da Diretoria Executiva.

Comitê de Finanças e Tesouraria

Presidente: Gerente, Finanças Corporativas e Instituições Financeiras

- Revisa as estratégias propostas para a gestão de ativos líquidos, levando em conta os investimentos esperados, as conseqüências potenciais das movimentações nas taxas de juros e os requisitos de liquidez.

Comitê de Gestão de Recursos Humanos

Presidente: Chefe, Unidade de Crédito

- Supervisiona os programas de treinamento de pessoal e trata de outros assuntos relacionados com recursos humanos.
- Presta consultoria à unidade de recursos humanos sobre promoções e avaliações do pessoal.

Comitê de Políticas e Controles Internos

Presidente: Chefe, Unidade de Assuntos Corporativos

- Estabelece políticas, procedimentos e diretrizes que conduzam à eficiência operacional e ao livre fluxo das informações

Comitê de Supervisão de Carteira

Presidente: Chefe, Divisão de Finanças e Gestão do Risco Financeiro

- Monitora a qualidade geral da carteira da CII e analisa a posição do ciclo de supervisão da carteira, incluindo a validação e aprovação das classificações de risco.
- Aprova as diretrizes e procedimentos sobre supervisão.
- Examina as medidas específicas para reduzir os riscos e proteger os interesses da CII em projetos específicos.

Comitê de Operações Especiais

Presidente: Chefe, Unidade de Crédito

- Recomenda e sugere à Unidade de Operações Especiais medidas sobre estratégias gerais, prioridades e propostas específicas para recuperações e reestruturações.

operacionais, jurídicos, ambientais ou referentes à segurança no trabalho. A CII também encoraja as empresas a adotarem boas práticas de governança corporativa e aconselha os clientes nessa área. Além disso, a Corporação dá assistência a programas que não se relacionam especificamente a projeto algum, mas dão apoio ao desenvolvimento de empresas de pequeno e médio porte, tais como iniciativas especiais de países membros e estudos e oficinas especiais que ajudam as empresas e instituições financeiras a competirem no mercado global.

Com esse fim, a CII atualmente administra e pode utilizar fundos fiduciários estabelecidos por países doadores, incluindo Áustria, Dinamarca, Estados Unidos, Itália e a República da Coreia. O objetivo do Fundo Especial Italiano é financiar assistência técnica voltada para a sustentabilidade técnica, econômica e financeira de atividades econômicas de alto impacto social propostas por empresas

argentinas e ítalo-argentinas de pequeno e médio porte.

A Corporação também tem acesso ao Fundo Fiduciário Suíço de Cooperação Técnica para Serviços de Consultoria e Atividades de Treinamento administrado pelo BID. O uso de recursos de fundos fiduciários tem particular importância para a CII, em razão de seu mandato ímpar para promover o desenvolvimento econômico dos países membros da América Latina e do Caribe por meio de financiamento preferivelmente às empresas privadas de pequeno e médio porte.

Em 2005, cerca de US\$ 568.000 em recursos de cooperação técnica foram canalizados pelos fundos de cooperação mencionados acima.

Governança

Estrutura da CII

Assembléia de Governadores. Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores, composta por

A política de divulgação pública aprimorada da Corporação

A Corporação reafirma seu compromisso com a transparência em todas as suas atividades e de sobre elas prestar contas. A política de divulgação de informações da Corporação se baseia nos princípios seguintes:

- Todas as informações relacionadas com a Corporação e suas atividades serão colocadas à disposição do público, salvo se houver forte razão para que sejam mantidas como confidenciais.
- O acesso a todas as informações públicas da Corporação deve estar disponível em todos os países membros da Corporação.
- As informações prestadas ao público serão disponibilizadas em uma forma e momento que aumentem a transparência e, portanto, a qualidade das atividades da Corporação.

Para cada empréstimo, investimento em capital social, garantia ou outra transação financeira, será disponibilizado para o público um sumário de investimento pelo menos trinta dias antes da Diretoria Executiva aprovar a proposta do projeto. O sumário de investimento inclui a classificação ambiental do projeto feita pela

Corporação, um sumário dos impactos ambientais e questões de segurança potenciais, bem como recomendações pertinentes ou exigências feitas pela Corporação para enfrentar essas questões durante a implementação do projeto.

Para os projetos da Categoria IV, que podem resultar em impactos significativos sobre o meio ambiente, será disponibilizado para o público um sumário de revisão ambiental, juntamente com o sumário do investimento, pelo menos 120 dias antes da decisão final por parte da Diretoria Executiva da Corporação quanto ao projeto subjacente.

Algumas restrições à disponibilidade pública de informações da Corporação são necessárias para evitar danos materiais aos negócios e interesses competitivos dos clientes da Corporação. Salvo expressamente indicado na política de divulgação, não poderão ser divulgados os documentos ou informações que contiverem informações exclusivas ou sensíveis de ordem financeira ou negocial recebidos pela Corporação de entidades do setor privado.

Veja o texto completo da política de divulgação pública da Corporação em www.iic.int.

um representante e um suplente de cada país membro. Entre os poderes da Assembléia de Governadores que não podem ser delegados à Diretoria Executiva figuram a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Corporação e a emenda do Convênio Constitutivo da CII.

Diretoria Executiva. A responsabilidade pela condução das operações da Corporação cabe à Diretoria Executiva que, com esta finalidade, exerce todos os poderes a ela conferidos pelo Convênio Constitutivo da CII ou delegados pela Assembléia de Governadores. A Diretoria Executiva determina a organização básica da Corporação, inclusive o número e as responsabilidades gerais de seus principais funcionários administrativos e técnicos, e aprova o orçamento da instituição. Os treze membros efetivos e os treze membros suplentes da Diretoria cumprem mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da Corporação.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva, que tem quatro membros, é composto pelo

Diretor ou Diretor Suplente nomeado pelo país membro com o maior número de ações da Corporação, dois dos Diretores que representam países membros regionais em desenvolvimento e um dos Diretores representantes dos outros países membros. Esse Comitê examina todos os empréstimos da Corporação a empresas localizadas em países membros, bem como os investimentos nessas empresas.

Administração. O presidente do BID é o Presidente ex-officio da Diretoria Executiva da Corporação. Preside as reuniões da Diretoria Executiva mas só tem direito ao voto de minerva. Também pode participar das reuniões da Assembléia de Governadores da CII, embora sem direito a voto.

A Diretoria Executiva elege o Gerente Geral da Corporação por maioria de quatro quintos, com base na recomendação do Presidente da Diretoria Executiva. O Gerente Geral é o principal entre os funcionários graduados e demais membros do quadro funcional da Corporação. Sob a direção da Diretoria Executiva e a supervisão geral do Presidente da Diretoria Executiva,

o Gerente Geral conduz os negócios ordinários da Corporação e, consultando a Diretoria Executiva e o Presidente da Diretoria Executiva, responde pela organização, nomeação e dispensa de funcionários. O Gerente Geral pode participar das reuniões da Diretoria Executiva, embora não tenha direito a voto.

O Gerente Geral também determina a estrutura operacional da CII, na qual pode introduzir as alterações exigidas pela evolução da Corporação.

Pessoal. Para cumprir sua missão multilateral, a CII contava com um quadro de 100 funcionários em 31 de dezembro de 2005. Há vinte funcionários em escritórios regionais localizados em oito países (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai) e oitenta na sede, em Washington, D.C., EUA. O grupo da sede inclui vinte oficiais de investimento, que se dedicam diretamente à geração e desenvolvimento de novos projetos, e seis encarregados da supervisão direta em tempo integral de uma carteira constituída por 153 projetos (entidades corporativas e financeiras), incluindo visitas anuais in loco. O restante do pessoal desempenha funções de apoio operacional e inclui a Divisão de Serviços Jurídicos, a Divisão de Finanças e Gestão de Riscos, além das Unidades de Crédito, Engenharia Ambiental, Operações Especiais, Administração e Supervisão de Carteira e Assuntos Corporativos.

Políticas-chave

Política de divulgação pública. Após um período de consulta pública, a Diretoria Executiva aprovou uma nova e mais ampla política de divulgação, aplicável a dados ou documentos preparados após 1 de dezembro de 2005. Os documentos preparados entre 15 de janeiro de 1999 e 1 de dezembro de 2005 continuam sujeitos ao documento de política sobre divulgação aprovado em 15 de janeiro de 1999 e a todos os acordos aplicáveis celebrados entre a Corporação e seus clientes. A política está de modo geral conforme com os níveis de divulgação exigidos para o Grupo do BID como um todo, com as adaptações necessárias para refletir o mandato da CII de encorajar a constituição, expansão e modernização de empresas de pequeno e médio porte dentro do setor privado.

Monitoramento e avaliação. O uso de indicadores objetivos para a eficácia do desenvolvimento é essencial para prestar contas ao público sobre o uso de recursos públicos e para aprender com a experiência, estabelecer padrões de êxito, bem como para reforçar obje-

tivos e valores do desenvolvimento. Com este fim, a CII tem um sistema de avaliação de projetos baseado em diretrizes desenvolvidas pelo Grupo de Cooperação para Avaliação dos bancos multilaterais de desenvolvimento. A função de avaliação é dividida entre auto-avaliação e avaliação independente. A auto-avaliação de projetos é responsabilidade da CII. O Departamento OVE do BID presta à CII serviços de avaliação independente regulados por um contrato de prestação de serviços.

Uma revisão independente que mede o desempenho da praxe de avaliação de organizações multilaterais que dão apoio ao setor privado colocou a CII em segundo lugar, logo após a CFI, em termos de aplicação das melhores práticas para avaliação de operações do setor privado.

Normas ambientais e trabalhistas.

Antes de serem apresentadas à Diretoria Executiva, as novas operações passam por um processo de revisão ambiental e trabalhista, que inclui uma avaliação dos seguintes pontos: situação ambiental de referência; grau de conformidade com a legislação, regulamentos e normas ambientais aplicáveis; uso sustentável de recursos naturais; controles da poluição; gestão de resíduos; uso de substâncias perigosas; análise dos principais riscos; saúde e segurança do trabalho; segurança de vida e contra incêndio; proteção da saúde humana, propriedades culturais, povos tribais, espécies em extinção e ecossistemas sensíveis; e questões de realocação de populações. Esse processo aplica-se tanto a projetos a serem financiados diretamente pela CII como aos que a Corporação financiará por meio de uma instituição financeira intermediária.

No site da CII na Internet, trinta dias antes da data prevista para a aprovação por parte da Diretoria Executiva, publica-se um resumo de cada projeto, inclusive as eventuais questões ambientais ou trabalhistas.

Todas as instituições financeiras intermediárias com que a CII opera são obrigadas, por contrato, a enviar representantes às oficinas sobre o meio ambiente para aprender a integrar práticas de gestão ambiental nas próprias operações e a transformar boas práticas ambientais em vantagens competitivas. As oficinas focalizam a responsabilidade dessas instituições pelo monitoramento dos aspectos ambientais dos projetos financiados com recursos da CII.

Medidas anticorrupção. A CII atribui grande importância à transparência em suas operações financeiras que, portanto, passam

Fundos fiduciários CII/BID para assistência técnica, 2005

	Objetivos e descrição breve	Projetos	Resumo e resultados do trabalho dos consultores
Austrian Fund Estabelecido em 1999 Valor: US\$ 500.000 Atividade em 2005: US\$ 10.000 Saldo disponível: US\$ 158.340	Recursos não vinculados para financiar atividades de assistência técnica. As empresas austríacas têm preferência. O estudo ou as atividades da empresa devem beneficiar empresas austríacas (aumentar potencial para investidores, fornecedores de equipamento austríacos, etc.).	Sinersa Projeto hidroelétrico (Peru)	O Fundo Austríaco cobriu o custo dos honorários de consultoria relativos aos créditos de carbono a serem gerados pela Sinersa na usina hidroelétrica de Poechos, de 15,4 MW. Esses honorários cobriram o custo da entidade operacional designada que elaborou o relatório de verificação que faz uma análise independente do relatório anual sobre a redução de emissões e o total das reduções de gás de efeito estufa produzido pela Sinersa. <i>A CII aprovou um empréstimo de US\$ 8,5 milhões para o projeto.</i>
Danish Fund Estabelecido em 2003 Valor: US\$ 500.000 Atividade em 2005: US\$ 30.000 Reposição: US\$ 157.411 Saldo disponível: US\$ 257.009	Serviços de consultoria financeira relacionados com as atividades técnicas e operacionais da CII. Pelo menos 25% dos recursos do Fundo vão beneficiar projetos na Bolívia e Nicarágua. Pelo menos 75% dos recursos de cada contrato serão usados para financiar serviços de consultoria prestados por consultores ou firmas de consultoria dinamarquesas.	Projeto de eletricidade GESCA (Guatemala) Estabelecimento têxtil Altifibers (Bolívia) Projeto do estaleiro de Círamar (República Dominicana)	A CII contratou uma firma dinamarquesa de consultoria em engenharia para ajudá-la a avaliar a viabilidade técnica e financeira da construção de uma usina termoeletrica de 15,4 MW a 60 km da cidade da Guatemala. A GESCA está pleiteando um empréstimo de US\$ 7 milhões para esse projeto. Preparação de um <i>Manifesto Ambiental Industrial</i> e do Plano de Gestão Ambiental para o estabelecimento têxtil Altifibers, que receberá um empréstimo no âmbito do Programa de Pequenos Empréstimos da CII na Bolívia. A CII contratou um consultor dinamarquês para realizar uma análise técnica da viabilidade de um projeto que envolve serviços de reparos e construção, bem como vários serviços de apoio. A empresa do projeto está pleiteando um empréstimo de US\$ 4,1 milhões para investimentos e reestruturação da dívida.
Italian Fund Estabelecido em 1992 Valor: US\$ 2.200.000 Atividade em 2005: US\$ 470.218 Saldo disponível: US\$ 691.855,27	Financia assistência técnica a ser prestada por empresas ou profissionais italianos em conexão com operações da CII. Os recursos podem ser usados para (i) preparar estudos de pré-viabilidade ou viabilidade; (ii) definir as operações-piloto; (iii) prestar assistência técnica relacionada com a recuperação de projetos existentes; e (iv) efetuar transferência de tecnologia.	Diproinduca (Venezuela) Programa de financiamento de fornecedores (América Latina/Caribe)	A CII contratou uma empresa italiana de engenharia para fazer a devida diligência ambiental do projeto Diproinduca, na Venezuela, voltado para a restauração ambiental da Lagoa Acapulco, que abrange a recuperação de minério de ferro de antigos depósitos de refugio na lagoa. O Diproinduca pleiteia um empréstimo de US\$ 8 milhões. A CII contratou um consultor italiano para ajudá-la a projetar e estruturar um mecanismo de financiamento de fornecedores como uma nova forma de proporcionar às PMEs uma fonte de financiamento para adquirir equipamento de vários fabricantes e seus associados.
Korean Fund Estabelecido em 2005 Valor: US\$ 40 milhões Saldo disponível: US\$ 10.806.245,69	Financiamento de assistência técnica a fundo perdido e outras atividades em apoio da missão da CII e de operações em seus países membros regionais em desenvolvimento, com preferência para as economias menores e menos desenvolvidas.		
Swiss Fund Emenda ao Convênio com o BID em 2003 Valor: US\$3.000.000 Atividade em 2005: n.d.	Financiamento de assistência técnica na Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Peru para a contratação de consultores suíços. A CII tem acesso ao fundo diretamente, nos termos de normas distintas do BID.		
U.S. Trade and Development Agency Fund Estabelecido em 1995 Valor: US\$ 250.000 (rotativo) Atividade em 2005: US\$ 50.000 Saldo disponível: US\$ 100.193	Financiamento de assistência técnica para projetos que dão oportunidades potenciais a empresas dos EUA (fornecedores de equipamento, prestadores de serviços, etc.). O consultor ou empresa consultora deve ser cidadão americano ou residente nos EUA.	Projeto hidroelétrico Abanico (Equador)	A CII contratou uma firma de engenharia dos EUA para dar assistência no monitoramento da construção do projeto. <i>A CII aprovou um empréstimo de US\$ 7 milhões para o projeto.</i>

por um rigoroso processo de devida diligência e aplicam obrigatoriamente sólidas práticas de gestão financeira. Em cada operação, a CII analisa a capacidade do beneficiário no tocante a relatórios financeiros, controles e administração, incluindo riscos críticos a que possa estar exposto. Um exemplo desses riscos seriam as práticas corruptas, para as quais a CII tem uma política de tolerância zero.

A CII também analisa as regulamentações sobre lavagem de dinheiro em cada país e analisa o seu cumprimento por parte de cada instituição financeira, bem como a adequação de seus controles com relação à captação de depósitos e às atividades de gestão.

O mecanismo anticorrupção da CII integra a instituição com o escritório de investigações e supervisão do BID, o que reforça as sinergias entre as duas instituições no tocante a alegações de fraude ou corrupção.

O Grupo do BID dispõe de conexões seguras por telefone, e-mail, fax e correio para qualquer pessoa que deseje apresentar uma alegação de fraude ou corrupção ligada a qualquer atividade financiada por qualquer das instituições do Grupo do BID. Outras informações sobre as políticas do Grupo do BID contra a fraude e corrupção, bem como sobre a forma de comunicar casos suspeitos, são encontradas no site www.iadb.org/ocfc.

Investindo no desenvolvimento, 2005

Resumo dos investimentos em desenvolvimento durante o ano

Operações diretas

As operações do ano são apresentadas num formato que reflete em sua totalidade o impacto das atividades de financiamento da CII. Além dos projetos diretos aprovados, constam informações sobre operações de empréstimos, investimento e co-financiamento aprovadas em 2005,

as quais, por meio de instituições financeiras intermediárias, alavancam substancialmente os recursos proporcionados diretamente pela própria CII. Também se informam as cifras sobre oportunidades de aquisições de bens e serviços para países membros regionais e extra-regionais (US\$ 34,1 milhões em 2005).

Fontes de recursos

A CII conta com várias fontes de recursos: capital integralizado, empréstimos, obrigações, receitas geradas pelo investimento de seus ativos líquidos e recursos provenientes da alienação de investimentos ou amortização de empréstimos concedidos. A capacidade da CII para conceder empréstimos e efetuar investimentos de capital é uma função de seu capital integralizado e captações; as captações, por força do Convênio Constitutivo, estão limitadas a três vezes o valor do capital integralizado.

Os empréstimos da CII são expressos em dólares dos Estados Unidos ou em moeda local. O valor financiado pode totalizar até 33% do custo de um projeto novo ou até 50% do custo de um projeto de expansão. Os prazos de amortização variam, em geral, de cinco a oito anos (até o máximo de doze anos), incluindo um correto período de carência. Os empréstimos, remunerados conforme as condições do mercado internacional são geralmente sujeitos a uma taxa variável baseada na LIBOR (Taxa Interbancária do Mercado de Londres). Em certos casos, quando tal se considera benéfico, a CII pode conceder empréstimos a juros fixos, bem como empréstimos convertíveis, subordinados ou participativos. Os empréstimos participativos são aqueles em que a própria CII contribui com parte dos recursos (empréstimos "A"). Os recursos restantes (empréstimos "B") são fornecidos por outra instituição financeira, que adquire da CII uma participação sobre o empréstimo nos termos de um acordo entre ambas. O credor titular é a CII, com a qual o cliente trata diretamente.

A CII também faz investimentos em capital social em valor máximo equivalente a um terço do

capital social da empresa em que o investimento for feito. No final do período de investimento, a participação acionária é vendida. Entre os possíveis mecanismos de saída figuram a venda no mercado acionário local, a colocação privada junto a terceiros e a venda aos patrocinadores do projeto com base num contrato de compra e venda de ações negociado previamente. A CII investe igualmente em fundos de ações cujas operações dão uma contribuição positiva ao desenvolvimento da região. Esses investimentos representam um uso eficiente dos recursos de capital da CII, que assim atinge um número muito maior de empresas de pequeno e médio porte. Os investimentos em fundos de ações também promovem a mobilização de capital, porque atraem outros investidores institucionais. A CII pode também fazer investimentos de quase-capital.

O mercado-alvo da CII inclui empresas com faturamento de até US\$ 35 milhões. Não obstante, a CII colabora de maneira seletiva com empresas cujas vendas ultrapassam US\$ 35 milhões. Em casos limitados, financia também empreendimentos conjuntos. Embora a CII considere a viabilidade financeira de longo prazo e a lucratividade pré-requisitos para a concessão de financiamentos, também leva em conta o efeito da empresa sobre fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico.

A CII também proporciona financiamento a todos os tipos de instituição financeira que atendam ao mercado constituído por empresas de pequeno e médio porte. Entre as empresas qualificadas para receber esses recursos figuram os bancos comerciais, empresas de arrendamento mercantil, financeiras e prestadoras de serviços financeiros especializados.

O site da CII na Internet (www.iic.int) informa como solicitar financiamentos. Os interessados também podem enviar pedidos de informações aos escritórios regionais da CII ou à sua sede em Washington, D.C. O site oferece também um formulário de pedido de informações que, uma vez preenchido pela empresa ou instituição financeira em busca de financiamento, é encaminhado automaticamente à divisão pertinente da CII.

As operações descritas abaixo referem-se a empréstimos e programas no total de US\$ 163,6 milhões. Os quatro empréstimos co-financiados do ano mobilizarão mais US\$ 130,0 milhões em financiamentos, alavancando ainda mais os recursos disponíveis para as empresas de pequeno e médio porte da região.

Regionais

Arrendadora Interfin S.A.

Empréstimo

US\$ 5 milhões

Um empréstimo de US\$ 5 milhões, concedido pela CII à Arrendadora Interfin El Salvador S.A. de C.V., à Arrendadora Interfin Guatemala S.A. e à Arrendadora Interfin S.A. da Costa Rica, financiará operações de arrendamento mercantil que, por sua vez, vão oferecer a empresas de pequeno e médio porte de El Salvador e Guatemala uma alternativa competitiva aos empréstimos bancários convencionais para o financiamento de ativos fixos e maquinário. A alternativa do arrendamento mercantil é relativamente pouco disponível para empresas desse porte naqueles países. É uma opção vantajosa para as empresas de menor porte, pois as garantias são mais simples e os custos de transação inferiores. O arrendamento também permite financiar uma parcela maior do custo do investimento em equipamento do que seria possível com empréstimos bancários convencionais. As vantagens do arrendamento mercantil incluem a titularidade sobre o ativo, algo que lhe dá uma garantia mais segura, além de exigir uma documentação relativamente simples, que serve para minimizar os custos de transação e, portanto, permite conduzir um volume significativo de transações de arrendamento de maneira eficiente. Também os governos são beneficiados, porque esse tipo de atividade promove os investimentos e a concorrência no setor de serviços financeiros e também disponibiliza para as empresas e financiadores certas inovações, tais como a análise de crédito baseada em fluxo de caixa.

Esta operação vai viabilizar cerca de cem operações de arrendamento mercantil com empresas de pequeno e médio porte em El Salvador e na Guatemala, com um valor médio de US\$ 70.000 por operação.

Corporação Andina de Fomento

Programa de co-financiamento

CII: US\$ 30 milhões

CAF: US\$ 30 milhões

A CII e a Corporação Andina de Fomento (www.caf.com) celebraram um acordo estabelecendo um programa de co-financiamento direto no valor de US\$ 60 milhões, para financiar empresas privadas de pequeno e médio porte nos países beneficiados pela CAF que também são países membros regionais da CII. A CII e a CAF vão coordenar a implementação do programa, financiando as operações em paralelo e identificando, avaliando, estruturando e supervisionando conjuntamente os empréstimos, além de compartilhar os benefícios de seus conhecimentos da região e do setor. A meta que norteia o programa é ajudar as empresas beneficiadas, particularmente as que criam postos de trabalho e têm um efeito significativo sobre a demanda agregada, a se tornarem mais competitivas e, portanto, mais rentáveis.

O programa vai proporcionar até US\$ 5 milhões por projeto para o pré-financiamento e financiamento de exportações, expansão de capacidade produtiva, equipamento e infraestrutura, bem como para o financiamento de longo prazo para o ativo imobilizado. Este programa de co-financiamento, que deve beneficiar entre dez e vinte empresas na região, põe em destaque o compromisso da CII com o fortalecimento de suas relações com seus pares entre as instituições multilaterais que operam na região.

Latin American Agribusiness Development

Corporation S.A. (LAAD)

Programa de co-financiamento

CII: US\$ 6 milhões

LAAD: US\$ 6 milhões

A CII aprovou um programa de co-financiamento para promover investimentos do setor privado e a criação de postos de trabalho em áreas rurais da América Latina e do Caribe, com o financiamento de agronegócios de pequeno e médio porte. O agente, a Latin American Agribusiness Development Corporation S.A., encarregar-se-á da gestão da linha de crédito e proporcionará empréstimos conjuntamente com a CII. Este é o segundo programa de co-financiamento da CII com a LAAD e sua estrutura leva em consideração a experiência acumulada no primeiro programa de co-financiamento com a mesma instituição.

Os agronegócios que atenderem às exigências de crédito da LAAD e da CII, estiverem domiciliados nos países qualificados (Argentina,

Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela) e tiverem ativos ou vendas inferiores a US\$ 15 milhões qualificam-se para obter financiamento para expansão da capacidade de produção, refinanciamento da dívida, capital de giro ou aquisição de ativos. Espera-se que esta operação beneficie entre dez e quinze agronegócios de pequeno e médio porte, com empréstimos de valor entre US\$ 300.000 e US\$ 1,5 milhão, criando 500 a 750 postos de trabalho.

O programa de co-financiamento representa uma maneira barata para a CII alcançar grande número de empresas em seu mercado-alvo, apoiando-se em uma instituição financeira especializada no setor de agronegócios disposta a compartilhar o risco de empréstimos a longo prazo para empresas de pequeno e médio porte. Para cada financiamento da CII, a LAAD concederá um financiamento de igual valor, o que vai ajudar a CII a desempenhar seu papel de catalisadora, alavancando seus próprios recursos e beneficiando empresas que criam postos de trabalho e bens essenciais nas economias da região. O esforço conjunto com a LAAD, instituição com grande experiência no financiamento de agronegócios, com longo histórico de apoio às empresas de pequeno e médio porte, deve elevar o nível de conscientização de outras instituições financeiras comerciais com relação às oportunidades de negócios neste setor-chave da economia.

Bolívia

Altifibers Empréstimo US\$ 400.000

A Altifibers, pequena empresa exportadora familiar localizada em El Alto, no Altiplano boliviano, recebeu da CII um empréstimo para a construção de uma fábrica onde vai fiar e tingir lã de carneiro, alpaca e lhama. O projeto aumentará a capacidade de vendas e as margens da Altifibers, porque vai permitir à empresa oferecer produtos com maior valor agregado. O financiamento também vai ser usado na aquisição de maquinário e equipamento, bem como na construção de prédios, para alcançar uma integração vertical para a empresa, de modo a permitir que

opere uma linha completa de fiação e tingimento de fibras naturais usando matéria-prima local. A CII também forneceu recursos de capital para manutenção do capital de giro necessário para sustentar a taxa de crescimento da empresa e refinar seu exigível de curto prazo, de modo a otimizar a estrutura de seu capital.

Com essa operação, a CII visa manter sua presença crucial entre as empresas bolivianas de pequeno porte orientadas para a exportação e que tenham demonstrado capacidade para operar com eficiência em ambientes difíceis. Por meio desse projeto, a CII vai ajudar a empresa a afastar-se da exportação de bens intermediários em direção à exportação de semi-acabados, que oferecem um valor agregado e qualidade mais elevados e vão permitir que a Altifibers consolide sua posição em seu nicho de mercado.

A Altifibers oferece atualmente 125 empregos diretos e tem um impacto significativo sobre mais de 2.300 famílias criadoras de caméleões em regiões da Bolívia sujeitas a depressão econômica. Essas famílias suplementam sua renda com a venda de lã. Espera-se que o projeto crie mais dezoito postos de trabalho e fortaleça o relacionamento com os criadores por meio de programas educacionais, aperfeiçoamentos no processo de tosquia e manutenção de estoques.

Brasil

Banco Itaú S.A.

Empréstimo

Empréstimo A: US\$ 30 milhões

Empréstimo B: US\$ 70 milhões

O acesso às fontes de financiamento corretas é essencial para o crescimento e sobrevivência das empresas de pequeno e médio porte mediante concorrência numa economia cada vez mais globalizada. No Brasil as empresas de pequeno e médio porte têm muita dificuldade para obter financiamento, sobretudo financiamentos de longo e médio prazo em condições adequadas. O empréstimo da CII ao Banco Itaú ajudará a enfrentar esse problema, porque vai permitir ao banco repassar os fundos a milhares de empresas de pequeno e médio porte em todo o Brasil. Espera-se que o valor médio de cada transação de arrendamento fique em torno de US\$ 35.000.

Como sucede com todas as operações da CII com outras instituições financeiras, o Banco Itaú obriga-se a monitorar a conformidade da empresa beneficiária com padrões e regulamentos internacionais sobre meio

ambiente, trabalho e proteção ao trabalhador, e a enviar representantes ao seminário da CII sobre o meio ambiente direcionado às instituições financeiras. Essa operação deve ter um efeito demonstração e encorajar outras instituições financeiras a focalizar as empresas de pequeno e médio porte e oferecer mais serviços ao setor.

Banco Sofisa S.A.

Programa de garantias em moeda local US\$ 2,4 milhões

A CII vai conceder garantias em moeda local, com um limite à exposição da CII em termos de dólares dos Estados Unidos, para empréstimos concedidos pelo Banco Sofisa a empresas qualificadas participantes do projeto. A CII garantirá 50% do valor do principal em reais de cada empréstimo concedido pelo Banco Sofisa a cada empresa qualificada ou 50% do valor limite equivalente em dólares dos Estados Unidos, prevalecendo o valor menor, com um limite de 20% acima do equivalente em dólares dos EUA no momento em que a garantia for concedida. O prazo máximo dos empréstimos será de seis meses (prorrogável, se tanto o Banco Sofisa quanto a CII concordarem) e os empréstimos contarão com uma garantia de pelo menos 100% em duplicatas, garantia esta que será monitorada e administrada pelo Banco Sofisa de acordo com seus processos normais de gestão de crédito.

A participação da CII no programa permitirá que as empresas qualificadas recebam financiamento de capital de giro (incluindo pré-exportação) por intermédio do Banco Sofisa. Trata-se de um projeto piloto para a CII, que vai permitir à Corporação conceder garantias em moeda local no Brasil, juntamente com um banco respeitado pela prudência de suas políticas de crédito, alta qualidade de seus ativos e conhecimento sobre a forma de identificar, estruturar e monitorar as contas a receber dos clientes.

Banco Rabobank International Brasil S.A.

Programa de garantias parciais de créditos US\$ 15 milhões

A CII criou um programa de garantia parcial de créditos para empréstimos rurais a agricultores concedidos pelo Rabobank Brasil e de titularidade desse banco. O valor dos empréstimos variará entre US\$ 5 milhões e US\$ 10 milhões, dos quais o Rabobank Brasil será titular de até US\$ 5 milhões, com uma garantia parcial da CII para o saldo do valor principal limitada a US\$ 5 milhões por empréstimo.

Esta garantia de crédito parcial vai capacitar o Rabobank Brasil a expandir o volume de seus negócios em até 50% e atingir mais agricultores brasileiros. A carteira vai ter cinco a dez agricultores, com empréstimos médios de US\$ 8 milhões. O programa de garantias parciais de crédito representa uma maneira barata para a CII dar seu apoio a uma forma de financiamento inovadora no setor agrícola. O uso do apoio de uma instituição financeira especializada no setor de agronegócios para compartilhar o risco de empréstimos de curto prazo iniciais a agricultores de médio e grande porte no Brasil deve criar um efeito demonstração; mas sua meta final é oferecer o mesmo tipo de financiamento aos pequenos agricultores do Brasil.

Unibanco

Empréstimo

Empréstimo A: Até US\$ 10 milhões

Empréstimo B: Até US\$ 30 milhões

O empréstimo da CII ao Unibanco vai fornecer recursos às empresas de pequeno e médio porte para financiar suas necessidades corporativas gerais de médio prazo. As empresas de pequeno e médio porte do Brasil têm acesso muito limitado a financiamento, especialmente a financiamento de longo e médio prazo em condições adequadas. Esse tipo de financiamento é necessário ao crescimento sustentável de empresas de pequeno e médio porte, que também são as mais vulneráveis aos ciclos econômicos. O objetivo do empréstimo é aliviar esses empecilhos. Os recursos vão ser usados para financiar repasses a empresas brasileiras de pequeno e médio porte. Espera-se que o valor dos repasses varie de US\$ 50.000 a US\$ 3 milhões, com média em torno de US\$ 200.000. Como resultado, cerca de 320 empresas brasileiras de pequeno e médio porte vão se beneficiar desta operação. Também se espera que sejam realizadas operações em todo o Brasil.

Essa operação deve ter um efeito demonstração que vai encorajar outras instituições financeiras a focalizar as empresas de pequeno e médio porte e oferecer mais serviços ao setor. Concedendo os recursos, a CII vai transferir know-how e melhores práticas que vão permitir ao Unibanco aprimorar suas políticas ambientais. O banco, assim, vai ter condições de monitorar melhor as práticas das empresas financiadas.

Chile

Ben David S.A. Empréstimo US\$ 3 milhões

A CII continua a amparar o desenvolvimento do setor de agronegócios no Chile, por intermédio de projetos que aumentem as eficiências operacionais e mercadológicas e acelerem as exportações. A Ben David é uma empresa de médio porte que cultiva e processa frutas de alta qualidade para os mercados de exportação. O empréstimo da CII foi feito sob medida para ajudar a Ben David a estabelecer uma base permanente para seu capital de giro e ganhar flexibilidade financeira e de marketing, pela eliminação da dependência de financiamentos de curto prazo baseados em ordens de produção ou concedidos pelo setor financeiro, cujas condições não são adequadas para atender às necessidades da empresa.

A Corporação espera que a empresa consolide seu processo de expansão e integração vertical, aumente suas exportações para os mercados do Hemisfério Norte, que operam na baixa estação, capture novos mercados e introduza novas variedades de frutas em sua produção, de modo a estabelecer uma posição mais competitiva no mercado mundial. Este projeto tem importância crucial para que a Ben David consiga aumentar significativamente seu grau de independência em relação a financiamentos escassos e estabelecer fontes de frutas mais seguras. O projeto vai criar noventa e quatro postos de trabalho.

FactorLine S.A. Empréstimo US\$ 2 milhões

O setor de faturização está entre os que mais têm crescido no mercado financeiro chileno, e a CII tem dado seu apoio ao crescimento da principal empresa do setor desde 2003. A FactorLine desconta faturas, letras de câmbio e cheques emitidos por empresas de pequeno e médio porte sediadas no Chile. A faturização é usada principalmente pelas empresas menores, que não têm acesso fácil a financiamentos bancários.

Este empréstimo da CII, o segundo que concede à FactorLine, vai proporcionar financiamento de capital de giro por intermédio de uma instituição financeira líder em seu campo, que se especializa em atender às necessidades das importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte. Esse financiamento vai permitir que essas empresas convertam as contas a

receber geradas pelas exportações em caixa com maior velocidade e elevar a capacidade das importadoras para aumentar o financiamento aos fornecedores, para a aquisição de matérias-primas ou outras mercadorias importadas. O valor médio dos financiamentos a beneficiários finais originados pelo empréstimo da CII deve ficar em US\$ 300.000. A CII espera atingir vinte a quarenta empresas de pequeno e médio porte em toda a vida do empréstimo. Com efeito, no primeiro ano do empréstimo original à FactorLine, foram financiadas 356 operações de faturização para vinte empresas, com valores médios de US\$ 25.500 por transação.

Colômbia

Banco de Comercio Exterior de Colombia S.A. (Bancóldex) Linha de crédito para banco correspondente US\$ 30 milhões

A CII está expandindo seus programas de apoio ao setor privado da região, e encorajando as instituições financeiras a estender o alcance de suas atividades e oferecer produtos financeiros adequados para empresas de pequeno e médio porte. A transação com o Bancóldex atinge ambos os objetivos e está alinhada com os esforços da CII para oferecer instrumentos financeiros que atendam às necessidades do mercado-alvo.

Com a concessão de uma linha de crédito de médio e longo prazo ao Bancóldex, a CII vai ajudar o banco a atender às necessidades financeiras dos compradores de produtos e serviços colombianos com a participação de intermediários financeiros no exterior. Uma parte da linha de crédito será usada em pré-financiamento de médio prazo para exportações, mediante recursos (valor médio: US\$ 250.000), para financiar as atividades de exportação das empresas de pequeno e médio porte colombianas voltadas para o mercado externo, como ajuda para que se tornem mais competitivas e gerem divisas para a Colômbia. O Bancóldex também vai monitorar as práticas ambientais dos bancos intermediários e exportadores beneficiados pelo programa.

Fondo Nacional de Garantías S.A. (FNG) Programa de garantias parciais de crédito Até US\$ 10 milhões

O Fondo Nacional de Garantías S.A. é uma instituição financeira supervisionada pelo órgão de regulamentação bancária do governo

colombiano. Sua missão é facilitar o acesso de empresas colombianas de pequeno e médio porte a recursos financeiros, concedendo garantias parciais de crédito. O FNG é a única instituição colombiana que assume o risco de garantias de crédito para empresas de pequeno e médio porte e microempresas. Opera principalmente com clientes de instituições financeiras intermediárias.

Com o programa de garantias parciais de crédito da CII/FNG, a Corporação vai garantir 50% da carteira de garantias do FNG aceitáveis para a CII. O objetivo do programa é aumentar o acesso das empresas de pequeno e médio porte colombianas a recursos creditícios e encorajar os intermediários financeiros a conceder financiamentos que permitam a esse importante setor atender a suas necessidades de investimento e capital de giro. Estima-se que 90% das empresas colombianas sejam de pequeno ou médio porte e que essas empresas gerem 60% a 70% dos postos de trabalho do país, bem como cerca de 40% da produção interna.

Entre 500 e 1.000 empresas devem ser beneficiadas pelo programa CII/FNG. É uma ferramenta de marketing ideal para a promoção do desenvolvimento de produtos financeiros oferecidos pelos intermediários financeiros colombianos, e vai estimular a concorrência e aumentar o acesso das empresas de pequeno e médio porte ao crédito.

Leasing Bolívar S.A.

Leasing Colombia S.A. Compañía de Financiamiento Comercial

Leasing de Crédito S.A.

Leasing del Valle S.A.

Leasing de Occidente S.A.

Empréstimos

150 bilhões de pesos colombianos

A Leasing Bolívar foi uma das primeiras empresas a desenvolver e implantar operações de arrendamento mercantil na Colômbia, e atualmente está em sexto lugar entre as maiores empresas do setor no país. A Leasing Colombia mantém a maior fatia do mercado colombiano de arrendamento mercantil desde sua fundação, em 1981. Em termos de ativos, a Leasing de Crédito é a quarta entre as dez financeiras comerciais colombianas especializadas em arrendamento mercantil e detém 12% do mercado. A Leasing del Valle tem mais de doze anos de experiência no mercado. A Leasing de Occidente mantém uma forte posição no mercado colombiano de arrendamento mercantil. A CII concedeu a cada uma dessas

cinco empresas de arrendamento mercantil um empréstimo denominado em pesos colombianos. Esta é a primeira vez que uma instituição multilateral que opera na América Latina obtém financiamento em moeda local para a concessão de empréstimos também em moeda local.

Os recursos fornecidos pelos empréstimos serão usados para financiar empresas de pequeno e médio porte na Colômbia por meio de empréstimos de médio e longo prazo para a aquisição ou modernização de ativos fixos. As empresas colombianas precisam dessas alternativas de financiamento para projetos de expansão que aumentem sua capacidade de produção e sua competitividade tanto no mercado interno como no internacional.

Os empréstimos, que totalizam o equivalente a US\$ 66 milhões, vão ser usados sobretudo para financiar operações com valores entre 12 milhões de pesos colombianos (US\$ 5.000) e 390 milhões de pesos colombianos (US\$ 170.000) e terão prazo médio de três a cinco anos. Com os recursos para esses arrendamentos financeiros na Colômbia, onde esse tipo de financiamento não é fácil de obter, a Corporação estará contribuindo para a meta da Declaração de Nuevo León de triplicar os recursos canalizados para as empresas de pequeno e médio porte via intermediários financeiros. Mais de 1.000 empresas de pequeno e médio porte devem ser beneficiadas por essas cinco operações.

Costa Rica

Banco Improsa S.A.

Garantia de crédito

US\$ 3,5 milhões

Na busca de diversificação para suas fontes de captação de fundos, o Banco Improsa registrou uma emissão de obrigações padrão no valor de US\$ 10 milhões com a Bolsa Nacional de Valores da Costa Rica e com a Bolsa de Valores do Panamá, para a colocação das duas séries com investidores do Panamá. Como esta é a primeira emissão no mercado acionário panameño, o Banco Improsa solicitou uma garantia parcial da Corporação a fim de elevar a classificação de crédito no Panamá, assim tornando o título mais atraente ao mercado.

O mercado-alvo do Banco Improsa é o nicho das empresas de pequeno e médio porte, e 80% de sua carteira de clientes são formados por empresas com vendas abaixo de US\$ 4,5

milhões. Para melhor servir essas empresas, Banco Improsa diversificou sua gama de produtos, que agora inclui conhecimentos de depósito, fatorização, cartas de crédito, empenho de commodities, serviços de cobrança, fundos fiduciários e arrendamentos mercantis.

Financiera Multivalores S.A.

Empréstimo

US\$ 1 milhão

A Financiera Multivalores é uma instituição financeira não bancária cuja atividade principal é a concessão de empréstimos pessoais e hipotecários. A empresa focaliza essas atividades em hipotecas denominadas em dólares dos Estados Unidos, com valor médio de US\$ 37.000. O financiamento concedido pela CII vai permitir construir cerca de quarenta unidades habitacionais, com um valor médio de US\$ 30.000. O setor de construção civil é um dos principais motores da atividade econômica da Costa Rica: responsável por 4% do PIB, dá emprego a uma parcela significativa da população economicamente ativa, além de gerar demanda por bens e serviços relacionados com o setor de construção. Muitos desses serviços podem ser prestados por indústrias e empreiteiras de pequeno e médio porte.

Ajudando a consolidar a liquidez do mercado hipotecário secundário na Costa Rica, a operação vai melhorar a qualidade de vida das famílias de média e baixa renda, facilitando a aquisição da casa própria e lhes dando uma oportunidade de se mudar para uma casa ou bairro melhor. Além disso, concedendo os recursos a CII também vai transferir know-how e melhores práticas que vão permitir à Financiera Multivalores aprimorar suas políticas ambientais.

Equador

Banco Bolivariano C.A.

Empréstimo

US\$ 7 milhões

O acesso a fontes adequadas de financiamento de longo prazo tem importância fundamental para o crescimento das empresas, especialmente no clima atual e com os desafios da economia globalizada. Como em outros países da região, as empresas equatorianas têm acesso muito limitado a fontes de financiamento, especialmente a financiamentos de longo e médio prazo em termos adequados. Esse tipo de financiamento é necessário para

manter o crescimento sustentável de empresas do setor privado.

O empréstimo da CII ao Banco Bolivariano leva em conta essa realidade; os recursos serão repassados a empresas de pequeno e médio porte no Equador, na forma de financiamentos de capital de giro e de empréstimos de médio e longo prazo para modernização ou expansão de sua capacidade produtiva. O valor desses empréstimos fica na faixa de US\$ 500.000 a US\$ 1,5 milhão e os recursos serão repassados a empresas que satisfaçam os critérios de crédito do Banco Bolivariano, as políticas de aquisição da CII e as normas da Corporação sobre saúde e segurança no trabalho e no meio ambiente.

Hidroabanico S.A.

Empréstimo

US\$ 4 milhões

O Equador tem um déficit de geração elétrica devido ao aumento na demanda a partir da década de 1990. A Hidroabanico é uma miniusina geradora na cidade de Macas, que vai gerar 37,5 megawatts de energia limpa e contribuir para o fornecimento de energia no Equador. A energia gerada por essa hidroelétrica vai substituir fontes de energia poluidoras, além de criar empregos em uma área de depressão econômica. Com sua participação na estrutura de capital da Hidroabanico, a CII reconhece o valor da contribuição do projeto para a geração de energia limpa no Equador. O Banco Mundial também está participando do projeto, na qualidade de gestor do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo dos Países Baixos, que vai comprar os direitos de emissão do projeto. As receitas geradas pelo contrato de compra de redução de emissões vão reduzir tanto o risco do projeto como seus custos financeiros. De acordo com a Unidade de Financiamento de Carbono do Banco Mundial, a energia elétrica gerada pelo projeto Hidroabanico vai deslocar aproximadamente 800.000 toneladas de CO₂ (emissões de gás de efeito estufa) num prazo de seis anos.

Este projeto também vai ajudar a aumentar a capacidade do Equador para gerar energia relativamente limpa a partir de recursos naturais renováveis, em vez de usar hidrocarbonetos combustíveis ou importar energia dos países vizinhos. Também está de acordo com a estratégia de aumentar a participação do setor privado no setor energético adotada pelo governo equatoriano, que, nos últimos

anos, foi responsável por uma parcela significativa dos investimentos públicos.

O projeto Hidroabânico vai gerar energia e reduzir a carência energética do Equador sem consumir recursos não renováveis nem exigir a construção de grandes barragens que envolveriam o desmatamento ou o deslocamento de populações.

Guatemala

Banco de Occidente, S.A.

Empréstimo

US\$ 10 milhões

O Banco de Occidente vai usar os recursos do empréstimo da CII para financiar operações de longo prazo para empresas nos setores agrícola, industrial e comercial. Esses empréstimos, cujo valor deve variar entre US\$ 1 milhão e US\$ 3 milhões, vão ajudar a enfrentar a falta de recursos para empresas de médio porte na Guatemala, recursos que são essenciais ao crescimento sustentável do setor privado.

O Banco de Occidente comprometeu-se a garantir que as empresas às quais repassa os recursos da CII cumpram os padrões e regulamentos internacionais sobre meio ambiente, trabalho e proteção ao trabalhador.

Honduras

Caracol Knits S.A., de C.V.

Empréstimo

US\$ 3,84 milhões

A principal linha de negócios da Caracol Knits é a fabricação, tingimento, corte e estamparia de tecidos de malha circulares (algodão, flanela e tecidos mistos). A empresa é uma grande geradora de divisas e importante empregadora, que gera mais de 2.100 postos de trabalho. A Caracol Knits vai usar os recursos do empréstimo da CII para levar avante um projeto com três componentes. O primeiro será a construção de uma termoelétrica de 12,2 megawatts a fim de garantir uma fonte de energia constante para a produção, gerar vapor e água fria para a fábrica e reduzir o custo da energia elétrica. O empréstimo da CII também será usado para comprar e instalar uma nova tecnologia de estamparia, que permitirá à empresa expandir sua linha de produtos com estampados. O terceiro componente será a compra e instalação de uma unidade de

tratamento de água por ozônio que permitirá à empresa usar ozônio no tratamento de água em vez de certos produtos químicos, dessa forma cortando os custos e melhorando a qualidade das águas servidas.

O financiamento da CII vai ainda auxiliar a estratégia de corte de custos dessa empresa hondurenha, considerada modelo para o setor têxtil local.

México

Almacenadora Mercader S.A. de C.V. (ALMER)

Empréstimo

US\$ 10 milhões

Este empréstimo da CII vai permitir à ALMER, empresa líder no setor de armazenamento de grãos, comprar mais milho branco de pequenos agricultores e conceder a seus fornecedores o financiamento de que necessitam mediante a compra do que produzem, com uma opção de recompra ou armazenamento até o momento de vender o grão. Em ambos os casos, a ALMER emite conhecimentos de depósito que garantem o empréstimo da CII. Assim o projeto ALMER dá seu apoio ao desenvolvimento do mercado de capitais no México, assentando a base para a futura securitização de instrumentos de compra de grão (conhecimentos de depósito). Os benefícios mais imediatos irão para os pequenos produtores, que vão ganhar acesso a fontes de crédito competitivas, modernos sistemas de distribuição e instrumentos de *hedging*.

Com essa operação a CII vai aumentar seu apoio a uma iniciativa bem-sucedida, que colocou à disposição dos agricultores mexicanos uma ferramenta de financiamento feita sob medida para atender às suas necessidades. A CII também vai manter seu apoio a uma cadeia produtiva em que centenas de produtores de milho branco fornecem a matéria-prima para pratos básicos da cozinha mexicana, como tortilhas, e para a própria farinha de milho. Este programa tem um efeito demonstração significativo, porque é o primeiro do seu tipo no México que opera sem subsídios governamentais e promove o apoio dos bancos comerciais para a agropecuária, um setor-chave para a economia mexicana. A CII está considerando a possibilidade de replicar o programa com outros armazéns no México.

**Hipotecaria Su Casita, S.A. de C.V. SOFOL
Empréstimo**

CII: US\$ 20 milhões

DEG: US\$ 20 milhões

FMO A: US\$ 20 milhões

FMO B (Caja Madrid): US\$ 40 milhões

A Hipotecaria Su Casita opera com financiamentos de casa própria e vai usar o empréstimo da CII, mais US\$ 60 milhões da Nederlandse Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden N.V. (www.fmo.nl) e US\$ 20 milhões da Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH (www.deginvest.de), uma instituição financeira alemã dedicada ao desenvolvimento, para originar ou adquirir financiamentos de casa própria, principalmente com o objetivo de financiar empréstimos ao consumidor para uso na compra ou construção de unidades habitacionais para famílias de pequena ou baixa renda no México.

O financiamento concedido pela CII vai permitir construir entre 2.600 a 3.200 unidades habitacionais com um preço médio de US\$ 30.000. O setor de construção civil é um dos principais motores da atividade econômica e uma fonte significativa de postos de trabalho e da demanda por produtos e serviços relacionados com o setor imobiliário. Muitos desses serviços podem ser prestados por indústrias e empreiteiras de pequeno e médio porte.

Este projeto ajudará a consolidar a liquidez do mercado hipotecário secundário no México, assim elevando a qualidade de vida das famílias de renda média e baixa ao facilitar a aquisição da casa própria e dar uma oportunidade de mudança para uma casa ou bairro melhor.

A securitização da carteira de financiamentos imobiliários cedida à CII como garantia do empréstimo vai permitir que os investidores institucionais comprem instrumentos de investimento em termos mais consentâneos com suas próprias responsabilidades. Os investidores institucionais são fundos de pensões privados que recebem e têm sob sua gestão a maior parte da poupança interna privada. Como esses fundos investem em instrumentos resultantes da negociação de financiamentos de casa própria, a poupança interna vai ser canalizada como a principal e permanente fonte de recursos para a construção de habitações para famílias de renda média e baixa.

**Nacional Financiera, S.N.C.
Programa de garantias parciais
de empréstimos
US\$ 60 milhões**

A CII e a Nacional Financiera, S.N.C. (www.nafin.com) estabeleceram um programa de garantia parcial do equivalente em moeda local de empréstimos em apoio a intermediários financeiros não bancários e empresas de médio porte em busca de aumento e diversificação de suas fontes de financiamento emitindo pela primeira vez títulos da dívida, assim aumentando a oferta de crédito para empresas de pequeno e médio porte no México. As garantias parciais de créditos vão melhorar a classificação creditícia das emissões e promover sua aquisição pelos fundos de pensões e fundos mútuos, assim canalizando a poupança para o investimento privado a longo prazo e, paralelamente, promovendo o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Esses intermediários financeiros não bancários vão usar os recursos principalmente no financiamento de novas transações com empresas de pequeno e médio porte. As empresas vão usar os recursos para adquirir ativos fixos, financiar capital de giro e/ou refinar obrigações.

O programa, que deve beneficiar cerca de oitenta empresas mexicanas de pequeno e médio porte, também vai estender a gama de opções de investimento disponíveis para os investidores institucionais. Além disso, o programa de garantia parcial de crédito é um produto fácil de replicar em outros mercados que tenham necessidades idênticas. O apoio da CII a esse projeto vai encorajar outros bancos de desenvolvimento a usar esse tipo de financiamento para ajudar a atender às necessidades de investimento de empresas em outros países onde operam.

Nicarágua

**Avícola La Estrella S.A.
Empréstimo**

Parcela A: US\$ 2,2 milhões

Parcela C: US\$ 2,0 milhões

A avicultura tem um valor estratégico para a Nicarágua porque produz alimentos a preços acessíveis, cria centenas de postos de trabalho e impulsiona as atividades econômicas locais com a compra de insumos. A Avícola La Estrella é uma empresa de médio porte que

cria e comercializa galinhas, outros produtos relacionados com as galinhas e ovos para consumo. A empresa tem cerca de 1.100 empregados permanentes.

A parcela A, de longo prazo, do empréstimo da CII será usada para refinar parte dos empréstimos a curto e médio prazo que figuram no balanço da Avícola La Estrella. A parcela C, a prazo mais curto, tem um prazo inicial de dois anos e vai fornecer à empresa capital de giro a preços razoáveis. O pacote de financiamento da CII vai ajudar a tornar a empresa mais competitiva, permitindo que continue a introduzir processos de produção modernos e boas práticas para tornar suas operações mais eficientes, consolidar sua integração vertical e tirar partido do aumento nas economias de escala. Essa operação vai beneficiar a economia nicaragüense e encorajar a concorrência na avicultura, assim proporcionando melhores opções de preço para os consumidores.

Banco de Finanzas S.A.

Empréstimo

US\$ 5 milhões

O Banco de Finanzas vai usar os recursos do empréstimo da CII a fim de financiar operações de médio e longo prazo para empresas de pequeno e médio porte nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços. Com base na experiência do Banco de Finanzas, estima-se que os empréstimos a serem concedidos com os recursos do empréstimo da CII vão variar entre US\$ 1.000 e US\$ 150.000, com uma média de US\$ 100.000. Também se espera que se realizem operações em toda Nicarágua e que cinquenta empresas de pequeno e médio porte do país se beneficiem dessa transação.

Essa operação vai dar ao Banco de Finanzas recursos a longo prazo para repasse a empresas de pequeno e médio porte na Nicarágua em termos que geralmente não se encontram no mercado. Na Nicarágua, essas empresas têm acesso limitado a financiamento de médio prazo e mais limitado ainda ao financiamento de longo prazo. Essa operação deve ter um efeito demonstração que vai encorajar outras instituições financeiras a focalizar as empresas de pequeno e médio porte e oferecer mais serviços ao setor.

Café Soluble, S.A.

Empréstimo

US\$ 7 milhões

A Café Soluble produz café torrado, moído e instantâneo para o mercado local e para exportação. A empresa também fornece produtos de soja e cereais, além de vender marcas locais e internacionais de produtos para o consumidor. Com seus 450 funcionários, a empresa é uma importante fonte de postos de trabalho na Nicarágua. O empréstimo da Corporação vai permitir à empresa dobrar sua capacidade de produção e as instalações de armazenamento de café verde. Também vai construir dois novos armazéns para material de embalagem e frascos, bem como um prédio para o pessoal de laboratório e engenharia de desenvolvimento.

Este empréstimo da CII vai ajudar a fortalecer a posição competitiva de um agronegócio nicaragüense de médio porte que produz e exporta produtos com alto valor agregado. Também vai dar apoio indireto a grande número de produtores de café na Nicarágua, permitindo que a empresa processe mais grãos de café que não têm qualidade para exportação mas podem ser usados na produção de café instantâneo para venda no mercado local.

Panamá

Térmica del Noreste, S.A. (Ternor)

Empréstimo

US\$ 1,85 milhões

A Térmica del Noreste opera treze usinas elétricas pequenas em áreas remotas que não estão ligadas à rede nacional do Panamá. A empresa precisa expandir sua usina principal (Santa Fé, na província de Darién), para atender ao aumento na demanda de energia elétrica na área, mantendo ao mesmo tempo uma capacidade de geração suficiente em reserva. Assim, o financiamento da CII, único tipo de financiamento de longo prazo disponível para a empresa, vai ajudar a Ternor a se tornar mais competitiva e permitir que essa pequena empresa geradora expanda a cobertura básica em suas áreas de serviço. A melhora no acesso à energia elétrica deve impulsionar o crescimento social e econômico nessas áreas, promovendo novas atividades econômicas que aumentarão as oportunidades de emprego e ampliarão o acesso a bens e serviços de melhor qualidade.

Este projeto complementa o programa de eletrificação rural financiado parcialmente pelo BID no Panamá.

Paraguai

Agrofertil S.A.

Empréstimo

US\$ 2 milhões

A Agrofertil, uma das maiores exportadoras do Paraguai, vende grãos e insumos agrícolas. Mediante o apoio de seus agrônomos e outros especialistas, a Agrofertil presta assistência técnica a pequenos agricultores, assessorando-os sobre questões agrícolas e de negócios.

O empréstimo da CII cobrirá parcialmente as necessidades de capital de giro permanente da Agrofertil e ajudará a empresa a consolidar seus investimentos para modernizar o maquinário agrícola, bem como suas instalações para armazenamento, além de dar maior proteção ao meio ambiente. O empréstimo vai, portanto, ajudar uma empresa local a concorrer num setor onde as empresas internacionais mantêm um perfil destacado.

O projeto Agrofertil faz parte do programa de apoio financeiro à cadeia produtiva da CII, que procura aumentar o fluxo de recursos para as empresas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe.

Banco Regional

Programa de co-financiamento

US\$ 1 milhão

Este programa de co-financiamento com o Banco Regional vai promover o investimento no setor agrícola e de agronegócios do Paraguai, oferecendo termos e condições mais adequados aos seus ciclos de negócios.

O Banco Regional tem um excelente histórico no setor agrícola e a presença mais destacada entre os bancos locais nas principais áreas produtivas do país. A CII teve uma experiência positiva com um empréstimo direto ao Banco Regional aprovado em 2003, que beneficiou cerca de vinte e cinco agricultores. Esta segunda transação deve ter um impacto socioeconômico ainda mais favorável sobre o setor e ajudar oito a dez empresas de pequeno e médio porte. Além de melhorar a estrutura financeira das empresas, a transação cria postos de trabalho, aumenta a produção e, conseqüentemente, aumenta as exportações. Ademais, essa transação vai consolidar os pólos de desenvolvimento em áreas rurais

do Paraguai. Vai beneficiar agricultores e empresas de pequeno e médio porte em um país onde a agricultura é responsável por cerca de 30% do PIB e 70% das exportações. Espera-se que o programa crie 70 a 100 postos de trabalho diretos e indiretos no setor.

Financiera Familiar, S.A.E.C.A.

Empréstimo

US\$ 1 milhão

A Financiera Familiar é uma pequena instituição financeira local num país onde o setor financeiro é relativamente pouco desenvolvido e dominado por bancos internacionais. Esse empréstimo a médio prazo à Financiera Familiar vai ser repassado a entre dez e quinze empresas de pequeno e médio porte no Paraguai, em valores que vão de US\$ 70.000 a US\$ 100.000 e serão especificamente direcionados para o setor de agronegócios, um dos mais dinâmicos do país e que impulsiona as exportações paraguaias.

Com essa operação, a CII vai dar seu apoio a um processo de intermediação financeira. Esses recursos vão ajudar instituições financeiras a obter financiamentos de médio prazo que, por sua vez, beneficiarão empresas de pequeno e médio porte, as quais precisam desse financiamento para atender a suas necessidades de longo prazo, como compras de equipamento e capital de giro permanente, e para introduzir práticas modernas de gestão de mão-de-obra e meio ambiente. O empréstimo também vai ajudar a CII a atingir algumas de suas próprias metas: triplicar os empréstimos às microempresas e às empresas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe até 2007, em conformidade com a Declaração de Nuevo León, e, com seu novo programa de bancos de pequeno porte, expandir o acesso das instituições financeiras que financiam empresas de pequeno e médio porte às fontes de recursos adequadas.

Peru

Green Perú S.A.

Empréstimo

US\$ 1,5 milhão

A Green Perú é uma empresa de médio porte que cultiva e processa produtos agrícolas de alta qualidade para os mercados de exportação e envolve universidades locais em projetos de pesquisa no setor agrícola. O empréstimo da CII vai ajudar a empresa no

momento em que embarca num projeto de expansão e integração vertical para tirar proveito de suas vantagens comparativas e competitivas na produção de aspargos. O projeto capacitará a Green Perú a concorrer de modo mais efetivo no mercado mundial aumentando e diversificando sua capacidade de produção e agregando mais valor a produtos primários instalando uma unidade de enlatamento, garantindo a qualidade do produto e conseguindo melhores preços.

A empresa não dispõe de fontes de financiamento alternativas no Peru, e o empréstimo de longo prazo concedido pela CII teve o mérito adicional de atrair a participação de uma instituição financeira local. O financiamento da CII para o projeto também vai garantir que a Green Perú continue a cumprir as normas do Grupo de Trabalho sobre Boas Práticas Agrícolas dos Eurovarejistas de Produtos Agrícolas (Euro-Retailer Produce Working Group for Good Agricultural Practice—EUREPGAP, www.eurep.org) sobre produção agrícola e uso sustentável de recursos naturais e controles operacionais adequados. O modelo da Green Perú é um estudo de caso e seu modelo operacional pode ser copiado por outros agropócios da região.

República Dominicana

Banco BHD, S.A.

Empréstimo

US\$ 5 milhões

Esta operação de *trade finance* no valor de US\$ 5 milhões com o Banco BHD terá por finalidade financiar empresas dominicanas de pequeno e médio porte em suas atividades de comércio internacional, como exportação e importação, bem como em suas necessidades de capital de giro relacionadas com operações de importação e exportação. O Banco BHD vai repassar os recursos dos empréstimos a empresas privadas com ativos ou vendas líquidas anuais de valor inferior a US\$ 35 milhões que operam nos setores de exportação, comércio, manufatura e serviços. O empréstimo da CII vai ajudar a financiar operações com valores entre US\$ 10.000 e US\$ 500.000. Essa transação deve beneficiar quarenta a oitenta empresas de pequeno e médio porte. A transação proposta está de acordo com os esforços da Corporação para oferecer *trade finance* na República Dominicana, onde não é fácil obter esse tipo de financiamento.

Uruguai

Cooperativa Nacional de Productores de Leche (Conaprole)

Empréstimo

US\$ 5 milhões

A Conaprole é uma cooperativa de produtores que processa aproximadamente 800 milhões de litros de leite por ano, recebidos de cerca de 2.600 produtores. A cooperativa produz leite pasteurizado e uma ampla variedade de produtos que vende no mercado local e exporta para quarenta países. É uma das três principais empresas exportadoras do Uruguai.

O empréstimo da CII vai ser usado para completar a estrutura de financiamento de capital de giro permanente da Conaprole e elevar seus limites de captação junto às instituições financeiras locais, de modo que possa tomar empréstimos a curto prazo para o financiamento de suas necessidades sazonais e, no futuro, obter acesso a financiamento no mercado de capitais por meio de emissões de títulos de dívida. O empréstimo também vai ajudar a tornar mais viável economicamente a cooperativa de produtores de laticínios, que adquire sua matéria-prima de pequenos e médios produtores locais.

O projeto Conaprole faz parte do programa da CII de apoio financeiro às cadeias produtivas, que procura aumentar o fluxo de recursos para as empresas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe identificando clientes potenciais para financiamentos da CII.

Crédit Uruguay Banco S.A.

Programa de co-financiamento

CII: US\$ 5 milhões

Crédit Uruguay: US\$ 5 milhões

A CII aprovou um programa de co-financiamento para promover investimentos do setor privado e a criação de postos de trabalho no Uruguai mediante o financiamento de empresas qualificadas. Crédit Uruguay, a subsidiária uruguaia do Crédit Agricole, ficará encarregado da gestão da linha de crédito e vai proporcionar empréstimos conjuntamente com a CII. O valor dos empréstimos variará entre US\$ 400.000 e US\$ 3 milhões, e a parcela da CII não excederá 50% do total. No âmbito deste programa de co-financiamento, a CII vai compartilhar o risco dos empréstimos a empresas qualificadas com o Crédit Uruguay, um modo barato de atingir o mercado-alvo da CII. A operação vai ajudar a CII a alcançar grande número de empresas a um custo menor. Para

cada financiamento da CII, o Crédit Uruguay concederá um financiamento de igual valor, o que vai ajudar a CII a desempenhar seu papel de catalisadora, alavancando seus próprios recursos e beneficiando empresas que criam postos de trabalho e bens essenciais no Uruguai. Espera-se que esta operação beneficie dez a quinze empresas qualificadas no Uruguai.

Empréstimos por intermédio de instituições financeiras locais

É mais fácil para uma instituição financeira intermediária local conceder empréstimos de pequeno montante a empresas de pequeno porte usando repasses da CII do que seria para a CII atuando diretamente. Os empréstimos desse tipo têm considerável efeito multiplicador, porque a instituição captadora se obriga a reaplicar a receita do empréstimo à medida que este é amortizado, antes mesmo que se vença o empréstimo concedido a essa instituição pela CII. A partir de 1989, a CII já aprovou 127 empréstimos a instituições financeiras intermediárias locais, num total de US\$ 860 milhões, além de US\$ 727 milhões em empréstimos sindicalizados. Essas instituições financeiras intermediárias, por sua vez, fizeram repasses a mais de 153.000 empresas de pequeno e médio porte da América Latina e do Caribe.

Empréstimos por intermédio de instituições financeiras em 2005

País	Nome do projeto	Número (#)	Montante pendente (US\$)
Bolívia	Caja de los Andes	636	1.607.142
Bolívia	Prodem	42	750.000
Brasil	Banco Itaú	4.173	30.000.000
Brasil	Banco Rabobank	60.769	15.000.000
Brasil	Banco Rabobank	38160	15.000.000
Chile	FactorLine S.A.	19	1.000.000
Colômbia	CONFAMA	7	3.000.000
Colômbia	Leasing Bolívar S.A	125	7.031.947
Colômbia	Leasing Colombia S.A.	460	17.579.867
Colômbia	Leasing de Crédito	40	10.108.423
Colômbia	Leasing de Occidente S.A.	200	20.216.847
Colômbia	Leasing del Valle S.A.	175	10.987.417
Costa Rica	Financiera Multivalores	35	1.000.000
El Salvador	Banco ProCredit	690	2.000.000
Equador	Banco Bolivariano	6	7.000.000
Equador	Banco ProCredit	893	1.808.035
México	Almer	6.140	10.000.000
Nicarágua	Banco de Finanzas	419	5.000.000
Nicarágua	Financiera ProCredit	—	1.000.000
Nicarágua	FINDESA	106	614.285
Panamá	BAC International	26	17.802.197
Paraguai	Financiera Familiar	12	1.000.000
Regional	Arrendadora Interfin S.A.	46	5.000.000
TOTAL		113.179	US\$ 184.506.160

Demonstrações Financeiras

Nota

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

Balanço Patrimonial

US\$ milhares	31 de diciembre	
	2005	2004
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa	\$ 49.407	\$ 63.512
Títulos negociáveis	158.362	46.257
Investimentos		
Investimentos em forma de empréstimo	432.307	342.010
Menos provisão para perdas	(47.743)	(45.466)
	384.564	296.544
Investimentos em forma de participação acionária	78.377	100.898
Menos provisão para perdas	(9.415)	(30.681)
	68.962	70.217
Total dos investimentos	453.526	366.761
Contas a receber e outros ativos	14.703	10.854
Total do Ativo	\$ 675.998	\$ 487.384
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	10.197	8.867
Juros e taxas de compromisso a pagar	835	5
Empréstimos obtidos e dívida a longo prazo	195.668	80.000
Total do Passivo	\$ 206.700	\$ 88.872
Capital social		
Autorizado: 70.370 ações (valor nominal US\$10.000)		
Ações subscritas: 70.069 ações (valor nominal US\$10.000)	700.690	696.300
Menos, subscrições a receber	(199.789)	(252.450)
	500.901	443.850
Prejuízo acumulado	(31.603)	(45.338)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	\$ 675.998	\$ 487.384

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado e Prejuízo Acumulado

US\$ milhares	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2005	2004
RECEITA		
Investimentos em forma de empréstimo		
Juros	\$ 22.293	\$ 17.061
Comissões iniciais	1.001	755
Taxas de compromisso	417	339
Outras receitas de investimentos em forma de empréstimo	415	443
	24.126	18.598
Investimentos em forma de participação acionária		
Dividendos	1.864	1.698
Ganhos na venda de participações acionárias	370	1.560
Outras receitas de investimentos em forma de participação acionária	3	961
	2.237	4.219
Títulos hipotecários		
Juros	—	35
	—	35
Títulos negociáveis	5.315	1.079
Serviços de assessoria, co-financiamento e outras receitas	4.319	2.506
Total da receita	\$ 35.997	\$ 26.437
Despesa de empréstimos e dívida a longo prazo	5.185	2.937
Total da receita, líquido	\$ 30.812	\$ 23.500
DESPESAS		
Administrativas	18.672	16.667
Provisão para perdas com investimentos em forma de empréstimos e participações acionárias	(42)	3.312
Perda a realizar em operações de câmbio	35	—
Outras despesas	66	—
Total das despesas	\$ 18.731	\$ 19.979
LUCRO ANTES DOS GANHOS LÍQUIDOS A REALIZAR SOBRE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12.081	3.521
Efeito de instrumentos derivativos (relativos a empréstimos) não para negociação	1.654	—
LUCRO LÍQUIDO	13.735	3.521
PREJUÍZO ACUMULADO EM 1 DE JANEIRO	\$ (45.338)	(48.859)
PREJUÍZO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO	\$ (31.603)	\$ (45.338)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

US\$ milhares	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2005	2004
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos (empréstimos concedidos)	\$ (183.469)	\$ (138.981)
Desembolsos (aquisição de participações acionárias)	(4.184)	(12.577)
Desembolsos (títulos hipotecários)	—	(2.062)
Pagamentos de amortização de empréstimos	89.255	102.913
Títulos negociáveis		
Compras	(558.722)	(9.320)
Vendas, vencimentos e amortizações	448.553	28.387
Vendas de participações acionárias	8.837	3.703
Recuperação de capital investido em fundos fechados	—	400
Gastos de capital	(309)	(200)
Pagamentos de amortizações de títulos hipotecários	—	2.062
Produto de recuperação de ativos	2.829	6.706
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	\$ (197.210)	\$ (18.969)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Desembolsos de empréstimos obtidos	50.000	—
Produto da emissão de títulos	65.925	—
Subscrições de capital	57.051	55.455
Caixa líquido originário de atividades de financiamento	\$ 172.976	\$ 55.455
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DE OPERAÇÕES		
Lucro líquido	13.735	3.521
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido originário das (aplicado nas) operações:		
Provisão para perdas com empréstimos e participações acionárias	(42)	3.312
Variação em contas a receber e outros ativos	(2.451)	(1.853)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	2.081	2.219
(Ganhos) perdas a realizar com títulos negociáveis	(1.936)	517
Ganhos a realizar com instrumentos derivativos não para fins de negociação	(1.552)	—
Prejuízo líquido na venda de ativos recuperados	66	—
Outros, líquidos	263	200
Caixa líquido originária das operações	\$ 10.164	\$ 7.916
Efeito líquido de mudanças da taxa de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa	\$ (35)	\$ —
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(14.105)	44.402
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	63.512	19.110
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	\$ 49.407	\$ 63.512
Informação complementar:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 4.135	\$ 2.760

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Propósito

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. A Corporação, juntamente com investidores privados, cumpre essa missão concedendo empréstimos e fazendo investimentos acionários onde não há capital privado suficiente oferecido em termos razoáveis. A Corporação exerce também a função de catalisador, mobilizando financiamento adicional para projetos junto a outros investidores e mutuantes por meio de cofinanciamento ou formação de sindicatos, garantia de colocação e garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, presta serviços de consultoria financeira e técnica. A Corporação obtém seu capital social junto a seus países membros, opera principalmente em dólares dos Estados Unidos e limita suas atividades operacionais a seus 26 países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo do BID), que inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin).

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As políticas de contabilidade e divulgação da Corporação se enquadram nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP).

Foram feitas algumas reclassificações das demonstrações financeiras do período anterior para adequação à apresentação do período atual.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Uso de estimativas—A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração formule estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados da receita e da despesa do período. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. A administração exerceu em grau considerável seu próprio juízo ao determinar a adequação da provisão para perdas com empréstimos e participações acionárias, bem como o valor justo dos títulos hipotecários e de todos os derivativos. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. É possível que a mudança das condições econômicas tenha um efeito negativo sobre a situação financeira da Corporação.

Caixa e equivalentes de caixa—Os instrumentos de investimento de alta liquidez comprados com vencimento original de três meses ou menos são considerados equivalentes de caixa.

Títulos negociáveis—Dentro de sua estratégia geral de gestão de carteira, a Corporação investe em obrigações de governos e órgãos públicos, depósitos a prazo, commercial paper e títulos lastreados por ativos, de acordo com suas políticas de prazo e risco de crédito. As obrigações de governos e agências abrangem títulos de renda fixa, letras e outras obrigações com alta classificação de crédito, emitidos ou garantidos incondicionalmente por governos de países ou outras entidades oficiais, entre as quais agências governamentais. Os títulos negociáveis da carteira da Corporação são classificados como para negociação, contabilizados pelo valor de mercado, sendo as variações do valor justo e os ganhos e perdas realizados informados como receita de títulos negociáveis. As compras são registradas no ativo na data da negociação, enquanto os correspondentes juros e dividendos e a amortização de prêmios e o acréscimo de descontos são registrados como receita de títulos negociáveis.

Empréstimos e investimentos de capital—Os compromissos de investimento na forma de empréstimos e de participações são efetivados na data de assinatura do respectivo contrato, sendo contabilizados como ativos uma vez desembolsados. Os investimentos na forma de empréstimos são contabilizados pelo principal a amortizar, ajustado pela provisão para perdas. É praxe da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Corporação obter garantias, como hipotecas ou garantias de terceiros, além de outras. Os investimentos em participação acionária cujo valor de mercado não é prontamente apurável são inicialmente contabilizados ao valor de custo. O valor contábil dos investimentos na forma de empréstimos e de participações é periodicamente revisto e, se necessário, ajustado pela eventual deterioração. A Corporação considera um empréstimo deteriorado quando, com base em dados e ocorrências atuais, é provável que a Corporação não venha a receber todos os montantes devidos conforme os termos do contrato de empréstimo. Os investimentos em fundos de participação acionária são contabilizados em Investimentos em Participação Acionária e demonstrados pelo último valor patrimonial líquido no fim de cada período.

Provisão para perdas com empréstimos e participações—A Corporação reconhece a redução de valor da carteira no balanço patrimonial por meio de uma provisão para perdas com empréstimos e investimentos em participações, registrando mensalmente novas provisões ou reversão de provisões para perdas com empréstimos e investimentos em participações no resultado, o que aumenta ou reduz a reserva para perdas com empréstimos e investimentos em participações acionárias. A baixa contábil de investimentos e as eventuais recuperações posteriores são registradas na conta de provisão. A provisão para perdas é mantida num nível que, a juízo da administração, é adequado para absorver as perdas estimadas na carteira de empréstimos e participações. O juízo da administração baseia-se na classificação de risco e no desempenho de cada investimento, no volume e diversidade da carteira da Corporação, na conjuntura econômica e em outros fatores que a administração considere significativos.

A provisão para perdas com empréstimos e investimentos em participações acionárias reflete as estimativas de perdas prováveis identificadas e perdas prováveis inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis. A apuração de perdas prováveis identificadas representa o juízo da administração sobre a classificação de crédito do tomador ou o valor da empresa investida, e é feita mediante a análise periódica dos saldos de maior valor de empréstimos e investimentos em participações acionárias. Essa estimativa leva em conta todas as evidências disponíveis incluindo, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados na data de entrada em vigência do contrato de empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, e outros dados de mercado observáveis. Devido ao propósito da Corporação, em geral não existe valor de mercado secundário. A provisão para perdas atribuída ao restante da carteira é determinada mediante um processo que calcula a perda provável inerente à carteira com base em diversas análises. Essas análises baseiam-se em parte na experiência anterior e informações de mercado disponíveis e incluem risco país, risco de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento de garantia por parte de patrocinadores e outras formas de co-obrigação, bem como demonstrações financeiras elaboradas de acordo com princípios contábeis que não aqueles geralmente aceitos nos Estados Unidos.

A análise de deterioração de ações é realizada e revisada permanentemente, com base nas mais recentes informações financeiras e pesquisas disponíveis de analistas. Tais análises são muito subjetivas e se baseiam, entre outros fatores, nos dados financeiros pertinentes. São também consideradas as tendências do setor do emissor e o histórico de desempenho das ações, bem como a intenção da Corporação de deter tais papéis por um período prolongado. Se houver baixa probabilidade de recuperação do valor contábil dentro de um prazo razoável, a deterioração será registrada com a redução do valor da ação para o valor justo de mercado que, na maioria dos casos, é semelhante ao valor patrimonial líquido. Em geral, registra-se a deterioração quando a ação permanece por algum tempo consideravelmente abaixo do custo, levando em conta a etapa do ciclo de vida em que o fundo se encontra (investimento, maturação ou desinvestimento).

Reconhecimento de receitas provenientes de empréstimos e participações—Os juros e comissões, exceto taxas iniciais, são contabilizados como receitas no período em que são auferidos. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento é considerada duvidosa ou, em geral, quando o pagamento de juros ou principal está atrasado há mais de 90 dias. Todos os juros acumulados sobre um empréstimo assim classificado são

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando são recebidos e a administração conclui que o mutuário demonstrou capacidade de efetuar pagamentos periódicos dos juros e do principal. Os juros não anteriormente reconhecidos mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida são contabilizados como receita diferida e creditados como receita somente quando é recebido o correspondente principal. Tais juros capitalizados são levados em conta no cálculo da provisão para perdas com empréstimos no balanço patrimonial.

As taxas iniciais e os custos diretos incrementais referentes à originação de investimentos na forma de empréstimos não são diferidos e amortizados ao longo do prazo do empréstimo porque as taxas iniciais servem unicamente para reembolsar a Corporação pelo custo de originação de empréstimos. As taxas de originação de empréstimo não restituíveis acima dos custos de originação de empréstimo são consideradas irrelevantes para as demonstrações financeiras.

Os dividendos e participações nos lucros são registrados como receita quando recebidos. Os ganhos de capital na venda ou resgate de investimentos acionários são registrados como receita quando auferidos. Alguns investimentos acionários, cuja recuperação do capital investido é incerta, são contabilizados pelo método de recuperação de custos, de tal modo que os recursos recebidos são imputados primeiramente à recuperação do capital investido e posteriormente a ganhos de capital.

Investimentos em títulos hipotecários—Os investimentos em títulos hipotecários são classificados como negociáveis e contabilizados ao valor justo, de acordo com a U.S. Statement of Accounting Standards 115 (SFAS 115), *Contabilidade de Alguns Instrumentos de Títulos de Dívida e Valores Mobiliários*. As mudanças do valor justo e os ganhos e perdas são informados em Ganhos ou Perdas com títulos hipotecários.

Garantias—A Corporação oferece garantias de crédito a obrigações de terceiros, no sistema de compartilhamento de riscos, por empréstimos contraídos ou valores mobiliários emitidos em apoio a projetos localizados em um país membro para melhorar sua situação de crédito e permitir a realização de uma ampla gama de operações comerciais. Essas garantias financeiras são compromissos emitidos pela Corporação para garantir a adimplência de pagamento de um tomador em relação a um terceiro. As garantias são consideradas emitidas quando a Corporação assina o contrato de garantia, vigentes quando a correspondente obrigação financeira do terceiro é incorrida, e pagáveis quando é exigido o cumprimento da obrigação da Corporação de acordo com a garantia. As garantias envolvem duas responsabilidades: (1) a promessa de honrar o compromisso e (2) a obrigação contingente de efetuar futuros pagamentos. A promessa de honrar o compromisso é reconhecida na data do compromisso, a menos que um passivo contingente exista nessa ocasião ou que se preveja sua existência a curto prazo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando é provável que a garantia virá a ser exigida e o valor da garantia puder ser estimado com previsão razoável. Os eventuais passivos relativos à obrigação de prontidão e contingentes referentes a garantias são incluídos em Outras obrigações. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber e é registrada em Outros ativos no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como novo empréstimo, sendo constituídas provisões específicas, com base na estimativa de provável prejuízo. Essas reservas são incluídas na provisão para perdas no balanço patrimonial. As taxas de garantia, que normalmente abrangem as taxas iniciais e taxas correntes, são levadas ao resultado quando a Corporação é liberada do risco, por ocasião do término ou liquidação da garantia.

A partir de 1º de janeiro de 2005, a Corporação alterou seu método de contabilizar garantias de crédito. Pelo novo método, as taxas de garantias são registradas como receita no momento em que a Corporação fica desobrigada do risco, quando do término ou liquidação da garantia. Antes dessa mudança de método contábil, as garantias eram registradas como receita ao longo de toda a duração da garantia. A administração acredita que o novo método contábil é preferível na medida em que representa uma abordagem compatível com o risco assumido ao prestar a garantia. Se a Corporação tivesse aplicado esse princípio em 2004, o efeito acumulado contábil dessa mudança contábil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

teria implicado um diferimento da receita no valor de US\$ 5 que seria integralmente reconhecido em 2005. Os valores envolvidos são considerados irrelevantes para merecerem divulgações adicionais.

Atividades de gestão de risco: Instrumentos derivativos não para fins de negociação—

A Corporação realiza operações com determinados derivativos para fins de gestão do risco financeiro. A Corporação controla sua exposição a alterações das taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem swaps de taxas de juros e posições compradas em opções (i.e. caps de taxa de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros da correspondente operação de modo a produzir os juros desejados. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

A Corporação cumpre as exigências de contabilidade da SFAS 133 e alterações, *Contabilidade de Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedging*. De acordo com a SFAS 133, os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo e classificados como ativos ou passivos, conforme sua natureza e o montante de seu valor justo líquido. A Corporação optou por não definir operações de hedging qualificadas. Desta forma, todas as mudanças no valor justo dos derivativos relativos a empréstimos contraídos são reconhecidas em Efeito de instrumentos derivativos (relativos a empréstimos) não para negociação, sem compensação de despesas de juros sobre empréstimos que foram objeto de hedging.

Despesas diferidas—Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e a outros acordos financeiros são diferidos e amortizados pela duração da correspondente dívida, pelo método linear, o que resulta em custos semelhantes aos que seriam incorridos se fosse utilizado o método dos juros efetivos.

Ativo fixo—A Corporação registra o ativo fixo pelo custo deduzido da depreciação e amortização acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Conversão de moedas estrangeiras—Os ativos e passivos expressos em moedas que não são o dólar dos Estados Unidos são convertidos em seu equivalente a dólares dos Estados Unidos usando as taxas do fim do ano do mercado de câmbio a vista. As receitas e despesas são convertidas mensalmente por valores que se aproximam da média ponderada das taxas de câmbio, sendo os resultantes ganhos e perdas levados ao resultado.

Valor justo dos instrumentos financeiros—A SFAS 107, *Divulgação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros*, determina que as entidades divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros, sejam ou não tais valores demonstrados no balanço patrimonial.

Como não é viável estimar o valor justo de muitos dos instrumentos financeiros da Corporação, esta, de acordo com a SFAS 107, fornece outras informações relativas à estimativa do valor justo, tais como o valor contábil, a taxa de juros e o prazo de vencimento.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração usou os métodos e premissas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa: O montante contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Títulos negociáveis: O valor justo dos títulos negociáveis baseia-se nos preços cotados no mercado na data do balanço patrimonial.

Investimentos na forma de empréstimo: A Corporação fornece financiamento sob medida a empresas de pequeno e médio porte que operam em países membros em desenvolvimento. Para esse tipo de empréstimo, não existe um mercado secundário comparável. Com relação à maioria dos empréstimos e correspondentes compromissos, a administração considera que, devido à natureza singular das operações de crédito da Corporação e à falta de um mercado secundário consolidado, é inviável, no momento, estimar o valor justo da carteira de empréstimos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Investimentos em forma de participação: A Corporação compra participações no capital social de pequenas e médias empresas privadas da América Latina e do Caribe. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado nem são viáveis outros métodos de avaliação. Para mais informações sobre a apuração do valor justo dos investimentos em forma de participação, veja a parte referente a investimentos em forma de empréstimos e de participação nesta Nota, bem como a Nota 4.

Empréstimos obtidos: O valor contábil dos empréstimos obtidos aproxima-se de seu respectivo valor justo.

Impostos—A Corporação, seus bens, outros ativos e receita, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o *Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos*, com alterações, são totalmente isentos de impostos e de direitos alfandegários.

Novas normas de contabilidade e relatório financeiro—Em maio de 2005, a Junta de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) emitiu a SFAS 154, Contabilidade de Mudanças e Correção de Erros. Esta nova norma substituiu o Parecer 20 da Junta de Princípios Contábeis, Mudanças Contábeis (APB 20), e a FASB Statement 3, *Informando sobre ou Como Informar sobre Mudanças Contábeis em Demonstrações Financeiras Interinas*. Entre outras mudanças, a SFAS 154 exige que uma mudança voluntária de princípio contábil seja aplicada retroativamente a todas as demonstrações financeiras do período anterior usando o novo princípio contábil, a menos que tal procedimento seja inviável. A nova norma entra em vigor para mudanças contábeis e correção de erros em exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2005. A administração acredita que a adoção das disposições da SFAS 154 não terá efeito relevante sobre o resultado das operações da Corporação, sua situação financeira e patrimonial e liquidez.

Em março de 2004, a FASB ratificou o consenso da Força-Tarefa de Questões Emergentes (EITF) na Questão 03-1, *Significado de Deterioração Não Temporária e sua Aplicação a Determinados Investimentos* (EITF 03-1). A EITF 03-1 trata do significado de deterioração não temporária e sua aplicação a determinados investimentos em participação acionária. A EITF 03-1 auxilia na determinação da deterioração de um investimento e orienta quanto à medição da perda por deterioração e no reconhecimento e divulgação de deteriorações não temporárias. A EITF 03-1 também fornece um modelo para determinar deterioração não temporária, usando evidências baseadas em juízo sobre a recuperação do valor justo até o custo do investimento, mediante a avaliação da gravidade e da duração da deterioração com relação à recuperação prevista do valor justo. Em julho de 2005, a FASB adotou a recomendação de seus técnicos no sentido de substituir partes essenciais da EITF 03-1. Os técnicos recomendaram a substituição da diretriz sobre a determinação do fato de um investimento estar deteriorado, como exposta nos parágrafos 10 a 18 da norma 03-1, e não o fornecimento de diretrizes adicionais sobre o significado de deterioração não temporária. Ao contrário, os técnicos recomendam que as entidades reconheçam deteriorações não temporárias mediante a aplicação da literatura contábil atual, tal como o parágrafo 16 da SFAS 115. O título da Posição Técnica da FASB (FSP) final foi alterado para FSP FAS 115-1, *Significado de Deterioração Não Temporária e Sua Aplicação a Determinados Investimentos*. Esta diretriz deve ser aplicada a demonstrações financeiras referentes a períodos iniciados após 15 de dezembro de 2005. A Corporação acredita que a adoção da FSP FAS 115-1 não terá efeito relevante sobre sua situação patrimonial e financeira ou o resultado de suas operações.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a FASB emitiu e/ou aprovou diversas Posições Técnicas da FASB, Notas da EITF sobre Questões e outras diretrizes interpretativas relacionadas a Exposições de Normas de Contabilidade Financeira e Pareceres da APB. A Corporação analisou e incorporou as novas diretrizes, quando adequado, sem impacto relevante sobre a situação financeira e patrimonial ou os resultados das operações da Corporação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

3. Títulos negociáveis

Composição dos títulos negociáveis, pelo valor de mercado:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2005	2004
Títulos de empresas	\$ 154.352	\$ 25.333
Títulos lastreados por ativos	4.010	12.011
Obrigações do governo e órgãos públicos	—	8.913
	\$ 158.362	\$ 46.257

Composição da receita líquida de títulos negociáveis por fonte:

US\$ milhares	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2005	2004
Receita financeira	\$ 1.866	\$ 1.712
Ganho (perda) realizado	1.513	(116)
Ganho (perda) a realizar	1.936	(517)
	\$ 5.315	\$ 1.079

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

4. Investimentos em forma de empréstimo e de participação

A Corporação monitora suas carteiras ativas de empréstimos e investimentos acionários no tocante à concentração geográfica do risco de crédito. Uma das maiores exposições da Corporação é denominada Regional e compreende primordialmente fundos de investimento em ações privadas de diversos países. Em 31 de dezembro de 2005, os países que apresentavam o maior risco de crédito agregado para a Corporação eram Colômbia, Brasil e Chile (exercício findo em 31 de dezembro de 2004—Brasil, Chile e México). Em 31 de dezembro de 2005, os empréstimos em moeda local em aberto montavam a US\$ 65.668 (equivalente a cerca de 150 bilhões de pesos colombianos). Não houve carteira em moeda local em 2004.

A distribuição da carteira ativa por país e por setor é a seguinte:

US\$ milhares	31 de dezembro					
	2005			2004		
	Empréstimos	Participações	Total	Empréstimos	Participações	Total
Colômbia	\$ 91.068	\$ 857	\$ 91.925	\$ 18.634	\$ 857	\$ 19.491
Brasil	82.280	2.764	85.044	56.632	7.226	63.858
Regional	30.984	48.152	79.136	22.490	60.248	82.738
Chile	29.100	14.967	44.067	28.939	14.967	43.906
México	19.030	10.177	29.207	20.452	13.459	33.911
Equador	25.381	—	25.381	18.088	—	18.088
Argentina	20.032	612	20.644	24.769	2.612	27.381
Peru	20.481	—	20.481	27.095	—	27.095
Uruguai	20.140	250	20.390	12.885	931	13.816
Costa Rica	17.720	—	17.720	21.237	—	21.237
Nicarágua	17.327	—	17.327	10.378	—	10.378
Honduras	12.279	—	12.279	15.503	—	15.503
Venezuela	11.558	—	11.558	14.794	—	14.794
El Salvador	10.957	—	10.957	9.900	—	9.900
Bolívia	9.326	—	9.326	8.500	—	8.500
Panamá	6.602	—	6.602	17.125	—	17.125
Paraguai	4.887	—	4.887	4.935	—	4.935
Jamaica	2.532	—	2.532	3.470	—	3.470
Trinidad e Tobago	159	598	757	988	598	1.586
Guatemala	464	—	464	4.246	—	4.246
Belize	—	—	—	950	—	950
	\$ 432.307	\$ 78.377	\$ 510.684	\$ 342.010	\$ 100.898	\$ 442.908
Serviços financeiros	\$ 245.057	\$ 23.033	\$ 268.090	\$ 150.964	\$ 23.033	\$ 173.997
Fundos capital de risco	—	55.344	55.344	—	75.865	75.865
Agricultura e agronegócio	47.492	—	47.492	33.437	2.000	35.437
Piscicultura e pesca	20.352	—	20.352	23.555	—	23.555
Serviços públicos – Infra-estrutura	17.330	—	17.330	16.517	—	16.517
Educação	13.939	—	13.939	15.352	—	15.352
Produtos químicos e plásticos	12.726	—	12.726	6.014	—	6.014
Madeira, papel e celulose	12.642	—	12.642	14.540	—	14.540
Pecuária e avicultura	11.358	—	11.358	8.000	—	8.000
Fabricação em geral	10.174	—	10.174	15.401	—	15.401
Alimentos, engarrafamento e bebidas	9.371	—	9.371	10.305	—	10.305
Zonas de processamento industrial	7.818	—	7.818	9.322	—	9.322
Turismo e hotéis	7.441	—	7.441	8.889	—	8.889
Têxteis, vestuário e couro	4.457	—	4.457	6.239	—	6.239
Serviços não financeiros	4.429	—	4.429	5.572	—	5.572
Transporte e armazenamento	3.903	—	3.903	13.903	—	13.903
Petróleo e mineração	3.818	—	3.818	4.000	—	4.000
	\$ 432.307	\$ 78.377	\$ 510.684	\$ 342.010	\$ 100.898	\$ 442.908

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Resumem-se a seguir os investimentos na forma de empréstimos, participações acionárias e títulos hipotecários comprometidos mas não desembolsados (excluindo os cancelamentos):

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2005	2004
Empréstimos	\$ 50.441	\$ 36.730
Participações	15.083	19.267
Títulos Hipotecários	—	25.000
	\$ 65.524	\$ 80.997

As taxas de juros aplicadas aos empréstimos concedidos pela Corporação baseiam-se nas taxas de juros oferecidas no mercado interbancário de Londres (LIBOR) para um, três e seis meses, acrescidas de uma margem que varia de 1,50% a 6,09%. Em 2005, a média das taxas LIBOR para um, três e seis meses era de respectivamente 3,40%, 3,57% e 3,79% (31 de dezembro de 2004 – respectivamente 1,50%, 1,62% e 1,79%).

O cronograma de vencimentos dos investimentos em forma de empréstimos da Corporação está resumido a seguir:

US\$ milhares	31 de dezembro			
	2005		2004	
	Principal a amortizar	Margem média acima da LIBOR	Principal a amortizar	Margem média acima da LIBOR
Até um ano	\$ 88.632	3,54%	\$ 84.996	3,40%
De um a cinco anos	315.657	2,34%	202.808	3,96%
De cinco a dez anos	28.018	3,22%	54.206	4,07%
	\$ 432.307		\$ 342.010	

Os empréstimos sobre os quais o reconhecimento de juros por regime de competência foi interrompido totalizaram US\$ 51.085 em 31 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2004—US\$ 64.278). A receita de juros não reconhecida sobre empréstimos que deixaram de render juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2005 totalizou US\$ 2.499 (31 de dezembro de 2004—US\$ 1.502). Os juros cobrados sobre empréstimos sobre os quais se deixou de contabilizar juros por regime de competência no exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram de US\$ 2.227 (31 de dezembro de 2004—US\$ 1.485).

O investimento da Corporação em empréstimos deteriorados montou a US\$ 32.815 em 31 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2004—US\$ 32.536). O investimento médio registrado em empréstimos deteriorados no exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foi de US\$ 32.676 (31 de dezembro de 2004—US\$ 38.011).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Resumem-se a seguir as variações da provisão para perdas com empréstimos e participações acionárias:

US\$ milhares	31 de dezembro					
	2005			2004		
	Empréstimo	Capital	Total	Empréstimo	Capital	Total
Saldo no início do exercício	\$ 45.466	\$ 30.681	\$ 76.147	\$ 45.264	\$ 41.177	\$ 86.441
Investimentos baixados, líquidos	(3.660)	(17.867)	(21.527)	(372)	(19.940)	(20.312)
Recuperações	2.486	173	2.659	6.526	180	6.706
Provisão para perdas	3.530	(3.572)	(42)	(5.952)	9.264	3.312
Outras reclassificações	(79)	—	(79)	—	—	—
Saldo no fim do exercício	\$ 47.743	\$ 9.415	\$ 57.158	\$ 45.466	\$ 30.681	\$ 76.147

A administração concluiu que as perdas não realizadas sobre investimentos de capital da Corporação em 31 de dezembro de 2005 são de natureza temporária. A Corporação efetua uma revisão periódica no intuito de identificar e avaliar investimentos com indicações de possível deterioração. Considera-se que há deterioração de um investimento de capital quando seu valor justo cai abaixo de seu custo e tal queda não é considerada temporária. Os fatores considerados para determinar se uma perda é temporária são há quanto tempo e até que ponto o valor justo está abaixo do custo, a situação financeira e as perspectivas a curto prazo do emissor, e a capacidade e a intenção da Corporação de manter o investimento por um prazo suficiente para permitir uma eventual recuperação. Esta revisão feita pela Corporação envolve em geral a identificação e a avaliação dos investimentos com indicações de possível deterioração, a análise dos investimentos cujo valor justo é inferior a 50% do custo amortizado, levando em conta o intervalo de tempo em que o investimento está em situação de perda não realizada, e a discussão de evidências, incluindo uma avaliação dos fatores ou desencadeadores que levariam ou poderiam levar um determinado investimento a ser qualificado como apresentando deterioração não temporária e daqueles que não suportariam uma deterioração não temporária. A revisão contempla ainda a documentação dos resultados de tais análises. Em 2005, a Corporação concluiu que alguns investimentos de capital se enquadram nas condições de deterioração. Em resultado, o valor baixado foi de US\$ 16.850. Foi registrada uma baixa adicional de US\$ 1.017 com base em determinadas circunstâncias relativas a um investimento em forma de participação acionária.

Em 2001, a Corporação assumiu o compromisso de investir em títulos hipotecários. De acordo com a SFAS 115, *Contabilidade de Alguns Investimentos em Títulos de Dívida e Valores Mobiliários*, a Corporação classificou esses títulos hipotecários como títulos para negociação quando de sua aquisição, contabilizando-os pelo valor justo estimado. Em 2004, a administração deu início a esforços para retirar-se dos compromissos de investimento em títulos e hipotecários e descontinuar gradualmente o uso desse produto de investimento. Em 2004, a Corporação vendeu todos os seus investimentos em títulos hipotecários. A Corporação também realizou operações com instrumentos financeiros derivativos relacionados a esses títulos hipotecários, com vistas a minimizar a variabilidade dos pagamentos de juros e principal, em função do risco de juros e taxa de câmbio. A Corporação deixou de utilizar tais instrumentos derivativos quando da venda dos correspondentes títulos hipotecários. As principais premissas e estimativas usadas para apurar o valor justo estimado dos títulos hipotecários e correspondentes instrumentos financeiros derivativos abrangem risco de crédito, pagamentos antecipados, taxas de câmbio, taxas de inflação e riscos de contraparte. Em alguns casos, as estimativas da administração diferiram do valor real finalmente realizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

5. Contas a receber e outros ativos

As contas a receber e outros ativos estão resumidos a seguir:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2005	2004
Outros ativos circulantes:		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 7.941	\$ 4.855
Juros a receber sobre títulos negociáveis	13	433
Derivativos—ativos	203	—
Taxas de garantia a receber	125	108
Custos de emissão de dívida não amortizados	111	60
Outros benefícios de aposentadoria, ativos pagos antecipadamente	—	224
Outras contas a receber	188	429
	8.581	6.109
Outros ativos não circulantes:		
Valores a receber na venda de ações, líquidos	2.632	2.773
Derivativos—ativos	1.349	—
Recuperações	934	956
Ativo fixo, líquido	560	478
Custos de emissão de dívida não amortizados	415	267
Taxas de garantia a receber	232	271
	6.122	4.745
Total de contas a receber e total do ativo	\$ 14.703	\$ 10.854

É facultado a Corporação celebrar um contrato para a venda de sua participação em determinados investimentos acionários e registrar uma nota a receber e correspondente ganho em Ganho na venda de participações acionárias. Os valores a receber pela venda de participações, líquidos das correspondentes reservas de avaliação, estão resumidos a seguir:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2005	2004
Preço de venda (2003)		
\$ 6.266	\$ 2.632	\$ 2.773
	\$ 2.632	\$ 2.773

6. Contas a pagar e outras obrigações

As contas a pagar e outras obrigações estão resumidas a seguir:

US\$ milhares	31 de dezembro	
	2005	2004
Outros passivos circulantes:		
Subscrições de capital a integralizar	\$ 3.363	\$ 1.840
Receita diferida	2.674	2.399
Benefícios trabalhistas a pagar	2.492	1.927
Pagamentos de parcelas de alienação de participação	—	983
Contas a pagar	883	871
Devido a outras entidades do Grupo do BID	386	—
Outras obrigações	399	847
	\$ 10.197	\$ 8.867

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

A Corporação assina contratos com patrocinadores de investimentos acionários para se desfazer das posições próprias com relação a tais investimentos. Esses contratos envolvem pagamentos em parcelas efetuados à Corporação, ao fim dos quais a posição da Corporação é transferida para o patrocinador do investimento acionário. O pagamento de parcelas demonstrado em Contas a pagar e outras obrigações montou a US\$ 983 em 31 de dezembro de 2004. Em 2005, com base em características do contrato, os pagamentos de parcelas foram deduzidos dos saldos dos investimentos em participações.

7. Empréstimos obtidos e dívida a longo prazo

As linhas de crédito, os saldos dos correspondentes empréstimos e os títulos emitidos pela Corporação são como segue:

US\$ milhares	31 de dezembro			
	2005		2004	
Contratos de crédito	Linha	A amortizar	Linha	A amortizar
BID, a vencer em novembro 2010 (data alterada)	\$ 300.000	\$ —	\$ 300.000	\$ —
Caja Madrid, a vencer em outubro 2007	50.000	—	—	—
Caja Madrid, a vencer em dezembro 2009 (data e valor alterados)	50.000	—	100.000	—
Shinkin, a vencer em dezembro 2009	30.000	30.000	30.000	30.000
Caja Madrid, a vencer em janeiro 2011	50.000	50.000	50.000	50.000
Caja Madrid, a vencer em março 2015	50.000	50.000	—	—
		\$ 130.000		\$ 80.000

Outras dívidas a longo prazo incluídas na emissão de um título em moeda local estão indicadas a seguir:

US\$ milhares	31 de dezembro			
	2005		2004	
Títulos emitidos/moeda	Valor	Custo médio ponderado	Valor	Custo médio ponderado
Pesos colombianos (a vencer em dez. 2010)	\$ 65.668	6,51%	\$ —	—
	\$ 65.668	6,51%	\$ —	—

Os saldos dos empréstimos da Corporação em 31 de dezembro de 2005 correspondem a linhas de crédito a prazo e rotativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Caja Madrid (Caja) e Shinkin Central Bank (Shinkin). Os empréstimos das linhas de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o desembolso e podem ser renovados. As linhas de crédito rotativo da Caja, com vigência até outubro de 2007 e dezembro de 2009, vencem em prazos variáveis, que vão de sete dias a doze meses após os desembolsos, e também são renováveis. Os empréstimos da linha de crédito do Shinkin são devidos em dezembro de 2009, com pagamento semestral de juros. Os empréstimos da linha de crédito a taxa fixa da Caja vencem e são pagáveis em janeiro de 2011, com juros pagáveis trimestralmente. Os empréstimos da Caja a taxa variável vencem e são pagáveis em março de 2015, com pagamento semestral de juros. Em 2005, a Corporação renovou o contrato de empréstimo com o BID que lhe permite tomar até US\$ 300 milhões emprestados até novembro de 2010.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Em 14 de dezembro de 2005, a Corporação emitiu títulos em moeda local, remunerados à taxa de Certificado de Depósito (DTF) + 0,42% (Série A) e à taxa do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) + 1,62% (Série C), no valor de 150 bilhões de pesos colombianos (equivalentes a cerca de US\$ 65.925), antes dos custos de underwriting e outros custos de emissão e com vencimento em 2010. Esses recursos foram destinados em sua totalidade ao financiamento de pequenas e médias empresas da Colômbia. Os juros sobre os títulos são devidos trimestralmente e no vencimento. Os títulos são negociáveis na Bolsa de Valores da Colômbia. Esses títulos constituem obrigações não garantidas da Corporação, em igualdade de condições, quanto ao direito de pagamento, com todos os títulos de dívida atuais e futuros, incluindo reivindicações de depositantes e outros credores gerais. As notas não podem ser resgatadas antes do vencimento e os contratos não contêm cláusulas restritivas.

Os juros são calculados a taxas variáveis com base na taxa LIBOR para um, três e seis meses, e fixados na data de entrada em vigor de cada empréstimo ou na data de nova fixação de juros. A taxa de juros referente à linha a prazo da Caja foi fixada no desembolso e permanecerá fixa até o vencimento. O custo médio ponderado de empréstimos e títulos emitidos pela Corporação no período findo em 31 de dezembro de 2005 foi de 4,07% (31 de dezembro de 2004—3,42%). O custo médio ponderado dos empréstimos contraídos e dívida a longo prazo da Corporação no período findo em 31 de dezembro de 2005 foi de 4,89% (31 de dezembro de 2004—3,42%).

O valor contábil dos empréstimos e títulos é semelhante ao respectivo valor justo.

O cronograma de vencimento dos empréstimos e títulos em aberto, por título de dívida, é o seguinte:

US\$ milhares	2009	2010	2011	Até 2015
Empréstimos	\$ 30.000	\$ —	\$ 50.000	\$ 50.000
Títulos	—	65.668	—	—
	\$ 30.000	\$ 65.668	\$ 50.000	\$ 50.000

8. Capital social

O capital social autorizado da Corporação foi aumentado em US\$ 500 milhões, para um total de US\$ 703,7 milhões, mediante uma resolução aprovada em 1999. A resolução alocou US\$ 500 milhões para subscrição pelos países membros durante o prazo de subscrição. Em 22 de março de 2000, foi atingido o número mínimo de subscrições necessário para efetivar a resolução de aumento de capital. Os países membros concordaram em pagar suas subscrições em oito parcelas iguais, a última delas pagável em 31 de outubro de 2007. A Corporação emite apenas ações integrais. Os pagamentos antecipados ou fracionários são acumulados e as respectivas ações serão emitidas de acordo com o plano de parcelas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

A tabela a seguir mostra o capital subscrito, as subscrições de capital a receber e as ações fracionárias ou antecipadas pendentes de emissão:

	31 de dezembro			
	TOTAL Capital social subscrito		Subscrições a receber de membros	Pagamentos por conta de subscri- ções pendentes
	Ações	Montante		
	US\$ milhares			US\$ milhares
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ 1.770	\$ —
Argentina	7.767	77.670	54.400	—
Áustria	345	3.450	612	—
Bahamas	144	1.440	252	—
Barbados	101	1.010	177	—
Bélgica	169	1.690	410	—
Belize	101	1.010	355	—
Bolívia	624	6.240	1.092	—
Brasil	7.767	77.670	20.817	—
Chile	2.003	20.030	3.283	3.283
Colômbia	2.003	20.030	3.282	—
Coréia, República da	110	1.100	—	—
Costa Rica	94	940	—	—
Dinamarca	1.071	10.710	1.902	—
El Salvador	94	940	—	—
Equador	420	4.200	735	—
Espanha	2.393	23.930	4.417	17
Estados Unidos	17.600	176.000	53.080	—
Finlândia	393	3.930	953	—
França	2.162	21.620	3.840	—
Guatemala	420	4.200	735	—
Guiana	120	1.200	210	—
Haiti	314	3.140	1.925	—
Honduras	314	3.140	550	—
Israel	173	1.730	308	—
Itália	2.162	21.620	3.840	—
Jamaica	420	4.200	735	—
Japão	2.393	23.930	4.418	—
México	5.000	50.000	8.755	63
Nicarágua	314	3.140	2.200	—
Noruega	393	3.930	954	—
Países Baixos	1.071	10.710	1.903	—
Panamá	314	3.140	550	—
Paraguai	314	3.140	2.200	—
Peru	2.003	20.030	3.960	—
Portugal	182	1.820	442	—
República Dominicana	420	4.200	735	—
Suécia	393	3.930	1.431	—
Suíça	1.071	10.710	1.903	—
Suriname	101	1.010	710	—
Trinidad e Tobago	314	3.140	550	—
Uruguai	857	8.570	1.740	—
Venezuela	4.311	43.110	7.658	—
Total 2005	70.069	\$ 700.690	\$ 199.789	\$ 3.363
Total 2004	69.630	\$ 696.300	\$ 252.450	\$ 1.840

Das ações subscritas, 29 devem ser liberadas a curto prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

9. Derivativos

Em 2005, a Corporação firmou um contrato de empréstimo estruturado que continha alguns instrumentos derivativos. A finalidade desta transação era reduzir o custo total da operação como parte da estratégia de gestão de risco e financiamento da Corporação, usando swap de taxa de juros.

O efeito dos instrumentos derivativos não para negociação na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foi de US\$ 1.654. Os ganhos a realizar serão realizados ao longo de todo o prazo do empréstimo, gerando os pagamentos de juros desejados (i.e. LIBOR acrescida de um spread). Desse montante, US\$ 1.552 corresponde a mudanças no valor justo (ganhos a realizar) e US\$ 102, a ganhos realizados.

10. Garantias

A Corporação presta diversas garantias financeiras a alguns clientes. A Corporação mantém-se pronta para cumprir a obrigação assim que a garantia é registrada, compensa a parte garantida quando do aviso de inadimplência e busca recuperação, se houver, dos valores não pagos.

As garantias financeiras constituem promessas irrevogáveis, sujeito à satisfação de determinadas condições, de que a Corporação efetuará o pagamento na hipótese de um cliente não poder cumprir suas obrigações para com terceiros. As garantias têm prazos de até quatro anos. A política da Corporação é exigir uma garantia real com respeito a esses instrumentos e o tipo de garantia real em geral é o mesmo das garantias dos empréstimos. O valor contábil inclui os valores que representam a receita diferida a ser reconhecida quando a Corporação fica desobrigada do risco implícito na garantia. Dependendo da natureza da garantia, esse reconhecimento é feito quando do término ou liquidação da garantia.

Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, não foram recebidos avisos de inadimplência desde o início do programa de garantia de empréstimos. O valor potencial máximo de pagamentos futuros, que representa o valor nocional que poderia ser perdido no âmbito das garantias, se houvesse uma inadimplência total das partes garantidas sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito a regresso ou garantias detidas ou caucionadas, montou a US\$ 725 no período findo em 31 de dezembro de 2005. Esse montante corresponde a moedas que não o dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2004, o valor dos pagamentos futuros montava a US\$ 5.245. Esses montantes não têm nenhuma relação com as perdas previstas e superam em muito tais perdas.

11. Contingências

Na condução normal de seus negócios, a Corporação é reclamada, co-reclamada ou parte em diversas questões litigiosas que são conseqüentes ou típicas das atividades às quais se dedica. Na opinião da administração, o desfecho desses processos judiciais provavelmente não afetará de modo relevante a situação financeira e patrimonial da Corporação, porém, se eles envolverem responsabilidade monetária, podem ser relevantes para o resultado operacional da Corporação em qualquer período dado.

12. Participações

A Corporação mobiliza fundos de bancos comerciais e outras instituições financeiras (Participantes) ao facilitar participações em empréstimos, sem direito de regresso. Tais participações são administradas e processadas pela Corporação em nome dos Participantes. Os saldos desembolsados e a amortizar das participações em empréstimos não são incluídos no balanço patrimonial da Corporação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Corporação chamou e desembolsou US\$ 94.984 de fundos de Participantes (31 de dezembro de 2004—US\$ 181.735). Os recursos disponibilizados pelos Participantes e não desembolsados montaram a US\$ 21.000 em 31 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2004—US\$ 938).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

13. Transações com partes relacionadas

A Corporação recebe do BID alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que o Banco pode prestá-los a ambas as instituições de modo eficiente. Entre a Corporação e o BID há um novo contrato relativo ao aluguel de escritórios com prazo até 2013.

A Corporação pagou os seguintes montantes ao BID a título de utilização de escritórios e outros serviços de apoio administrativo:

US\$ milhares	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2005	2004
Utilização de escritórios (sede e outros)	\$ 1.570	\$ 1.565
Serviços de apoio	515	536
Outros serviços do BID	175	—
	\$ 2.260	\$ 2.101

Os pagamentos previstos referentes ao atual contrato de arrendamento com o BID são:

US\$ milhares	2006	2007	2008	2009-2013
Utilização de escritórios (sede)	\$ 1.534	\$ 1.580	\$ 1.627	\$ 8.897
	\$ 1.534	\$ 1.580	\$ 1.627	\$ 8.897

As contas a pagar ao BID totalizaram US\$ 386 em 31 de dezembro de 2005. As contas a receber do BID foram de US\$ 64 em 31 de dezembro de 2004.

Em 2005 e 2004, não havia saldos em aberto com o BID no âmbito de um contrato de empréstimo em vigor (ver Nota 7).

A Corporação assinou contratos para prestação de serviços de assessoria ao BID, pelos quais recebeu US\$ 275 no período findo em 31 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2004—US\$ 175).

14. Planos de pensão e aposentadoria

O BID patrocina um plano de aposentadoria de benefícios definidos (Plano de Pensão) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. De acordo com as disposições do Plano de Pensão, os benefícios se baseiam nos anos de serviço e na remuneração média. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, determinado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Pensão. Toda e qualquer contribuição ao Plano de Pensão é irrevogável e mantida separadamente em fundos de aposentadoria destinados unicamente ao pagamento de benefícios do Plano. Tais fundos podem ser usados em benefício dos participantes dos Planos de Pensão e seus beneficiários até todas as obrigações para com eles terem sido pagas ou provisionadas. A contribuição requerida da Corporação ao Plano de Pensão foi de US\$ 1.011 no exercício findo em 31 de dezembro de 2005 (31 de dezembro de 2004—US\$ 750) e está demonstrada em despesas administrativas.

A Corporação também proporciona assistência médica e outros benefícios aos aposentados. Todos os funcionários atuais que participam do Plano de Pensão e que satisfazem determinados requisitos têm direito a benefícios do Plano de Benefícios de Aposentadoria (PBA). Os aposentados contribuem para o programa de assistência médica com base em uma tabela de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de saúde e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receita do PBA sejam de propriedade da Corporação, eles são mantidos e administrados separadamente de outros bens e ativos da Corporação, para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios do PBA, não sendo incluídos no balanço patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

A partir de 1 de janeiro de 2005, a Corporação transferiu para seu Plano de Aposentadoria os ativos e passivos correspondentes a um determinado número de aposentados. Tais ativos e passivos eram anteriormente alocados ao Plano de Aposentadoria do BID. O efeito dessa transferência na divulgação de Benefícios de aposentadoria não de pensão nas demonstrações financeiras de 2004 é o seguinte (são apresentados apenas as rubricas afetadas pela transferência):

US\$ milhares	Benefícios de aposentadoria		
	Informados	Mudança	Como alterados
<i>Conciliação das obrigações de benefícios</i>			
Obrigações em 1 de janeiro de 2004	\$ 9.668	\$ 2.697	\$ 12.365
(Ganho)/perda atuarial	(2.066)	170	(1.896)
Obrigações em 31 de dezembro de 2004	8.809	2.867	11.676
<i>Conciliação do valor justo dos ativos do Plano</i>			
Valor justo dos ativos do Plano em 1 de janeiro de 2004	10.105	4.153	14.258
Transferência líquida	—	(1.564)	(1.564)
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro de 2004	11.748	2.589	14.337
<i>Situação de custeio</i>			
Situação de custeio em 31 de dezembro de 2004	2.938	(278)	2.660
Ganho líquido não reconhecido de históricos anteriores decorrente de diferenças em relação às premissas e de mudanças nas premissas	(4.787)	278	(4.509)

Considerando a transferência acima mencionada de ativos e passivos, o efeito da mudança de um ponto percentual nas taxas supostas de tendências de custo de assistência médica seria o seguinte:

US\$ milhares	Aumento de um ponto percentual			Diminuição de um ponto percentual		
	Como informado	Mudança	Como alterado	Como informado	Mudança	Como alterado
Efeito sobre o total dos componentes de custo serviços e juros	\$ 278	\$ 21	\$ 299	\$ (207)	\$ (16)	\$ (223)
Efeito sobre a obrigação de benefícios de aposentadoria	1.676	257	1.933	(1.179)	(281)	(1.460)

A transferência de ativos e passivos não afetou o lucro líquido de 2004 nem os resultados de períodos anteriores. A administração considera que o efeito dessa transferência é irrelevante para as divulgações das demonstrações financeiras de 2004.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Obrigações e situação de custeio

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro para medição do PBA. A tabela a seguir resume a mudança da obrigação de benefícios, a mudança dos ativos do plano, a situação de custeio e o valor reconhecido no balanço patrimonial:

US\$ milhares	Benefícios de aposentadoria	
	2005	2004
<i>Conciliação da obrigação de benefícios</i>		
Obrigação em 1 de janeiro	\$ 11.676	\$ 12.365
Custo do serviço	982	769
Custo dos juros	676	438
(Ganho) perda atuarial	540	(1.896)
Benefícios pagos	(61)	—
Obrigação em 31 de dezembro	<u>13.813</u>	<u>11.676</u>
<i>Conciliação do valor justo dos ativos do Plano</i>		
Valor justo dos ativos do Plano em 1 de janeiro	14.337	14.258
Retorno efetivo dos ativos	1.666	1.216
Transferência líquida	—	(1.564)
Benefícios pagos	(61)	—
Contribuições do empregador	661	427
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro	<u>16.603</u>	<u>14.337</u>
<i>Situação de custeio</i>		
Situação de custeio em 31 de dezembro	2.790	2.660
Ativos de transição líquidos não reconhecidos remanescentes	1.575	1.749
Ganho líquido não reconhecido de serviço anterior diferente do suposto e das mudanças de premissa	(4.733)	(4.509)
Custo do serviço anterior não reconhecido	274	324
Outros (passivos) ativos pagos antecipadamente de benefícios de aposentadoria	<u>\$ (94)</u>	<u>\$ 224</u>
<i>Conciliação do custo acumulado de benefícios pagos antecipadamente</i>		
Pagos antecipadamente em 1 de janeiro	224	380
Custo de pensões	(979)	(583)
Contribuições efetivas	661	427
Valor líquido em 31 de dezembro	<u>\$ (94)</u>	<u>\$ 224</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Componentes do custo líquido periódico dos benefícios

O custo líquido periódico dos benefícios referentes ao PBA tem os seguintes componentes:

US\$ milhares	Benefícios de aposentadoria	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2005	2004
Custo de serviço	\$ 982	\$ 769
Custo dos juros	676	438
Retorno esperado dos ativos do Plano	(848)	(687)
Amortização de:		
Obrigações e ativos de transição não reconhecidos	174	174
Ganho líquido não reconhecido	(55)	(161)
Custos de serviço anterior	50	50
Custo líquido periódico de benefícios	\$ 979	\$ 583

Premissas atuariais

As premissas atuariais usadas para o PBA têm por base as taxas de juros do mercado financeiro, a experiência anterior e a estimativa da administração das futuras mudanças de benefícios e condições econômicas. Mudanças nessas premissas afetarão os custos e obrigações de benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais que ultrapassam 10% do que for maior, a obrigação de benefícios ou o valor de mercado dos ativos do plano no início do período, são amortizados ao longo do período de serviço remanescente médio dos participantes ativos que deverão receber benefícios do PBA, que correspondem a cerca de 11,7 anos. O custo de serviço anterior não reconhecido é amortizado em 7,5 anos no caso do PBA.

A média ponderada das premissas usadas para calcular a obrigação de benefícios foi a seguinte:

	Benefícios de aposentadoria	
	2005	2004
<i>Média ponderada das premissas usadas para calcular obrigações de benefício em 31 de dezembro</i>		
Taxa de desconto	5,50%	5,50%

A média ponderada das premissas usadas para determinar o custo periódico líquido é como segue:

	Benefícios de aposentadoria	
	2005	2004
<i>Média ponderada das premissas usadas para calcular o custo líquido periódico nos exercícios findos em 31 de dezembro</i>		
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Retorno a longo prazo esperado dos ativos do Plano	6,75%	6,75%

A taxa anual esperada de retorno dos ativos do plano reflete a taxa histórica do retorno de categorias de ativos utilizados pelo PBA e a aplicação conservadora de tais retornos na formulação das alocações de ativos da política de investimentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

A obrigação acumulada de benefícios de aposentadoria foi apurada usando-se as seguintes taxas de tendência de custo de assistência médica:

	2005	2004
<i>Taxa de tendência de custos de assistência médica prevista para o próximo ano</i>		
Médica	8,00%	8,00%
Medicamentos éticos	9,50%	11,00%
Odontológica	6,50%	6,50%
Fora dos EUA (*)	8,00%	8,00%
Taxa à qual se supõe que a taxa de tendência de custo deve cair (taxa de tendência final)	4,50%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2013	2013

(*) Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes com aposentadoria prevista fora dos Estados Unidos.

As taxas de tendência de custo de assistência médica previstas têm efeito significativo sobre os valores informados para o PBA. Uma mudança de um ponto percentual nas taxas de tendência de custos de assistência médica supostas teriam os seguintes efeitos:

US\$ milhares	Aumento de um ponto percentual		Diminuição de um ponto percentual	
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2005	2004	2005	2004
Efeito sobre o total de componentes de custo de serviço e juros	\$ 344	\$ 299	\$ (258)	\$ (223)
Efeito sobre obrigações de benefícios de aposentadoria	2.261	1.933	(1.708)	(1.460)

Ativos do Plano

Os ativos do PBA são administrados basicamente por gestores de investimento empregados pelo BID, que recebem diretrizes de investimento que levam em conta as políticas de investimento do PBA. As políticas de investimento foram concebidas de modo que, de acordo com os retornos históricos, haja uma alta alocação a ações com a expectativa de retornos suficientes para atender às necessidades de custeio a longo prazo.

Fluxos de caixa

As contribuições da Corporação ao Plano de Pensão e ao PBA em 2006 devem ser de cerca de respectivamente US\$ 900 e US\$ 400. Todas as contribuições são em dinheiro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de dólares, exceto quando indicado)

Estimativa de pagamentos futuros de benefícios

A tabela a seguir resume os pagamentos de benefícios, refletindo o serviço futuro esperado que se prevê pagar em cada um dos cinco próximos anos e no conjunto nos cinco anos subsequentes. Esses valores baseiam-se nas mesmas premissas usadas para medir a obrigação de benefícios em 31 de dezembro de 2005:

US\$ milhares	Benefícios de aposentadoria
<i>Estimativa de pagamentos futuros de benefícios</i>	
1 de janeiro de 2006–31 de dezembro de 2006	\$ 120
1 de janeiro de 2007–31 de dezembro de 2007	130
1 de janeiro de 2008–31 de dezembro de 2008	170
1 de janeiro de 2009–31 de dezembro de 2009	220
1 de janeiro de 2010–31 de dezembro de 2010	260
1 de janeiro de 2011–31 de dezembro de 2015	1.920

15. Administração de fundos externos

A Corporação administra, em nome de doadores, que incluem membros e outras entidades, fundos destinados a finalidades específicas, entre elas o co-financiamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e pesquisa e programas de treinamento. Tais fundos, administrados como fideicomissos pela Corporação, não são misturados com os fundos da Corporação nem incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que, em geral, é uma porcentagem dos fundos recebidos.

Apêndices

América Latina e Caribe em 2005: Perspectivas econômicas

As economias da América Latina e do Caribe chegaram ao terceiro ano consecutivo de crescimento positivo, com o PIB aumentando a uma taxa de 4,3% em 2005. Esse desempenho positivo foi possibilitado pela constante melhora das relações de troca, pela robustez da demanda interna e por uma expansão de 3,3% na economia mundial. Essa tendência deve continuar em 2006, quando o PIB deve crescer à taxa de 4,1% na região, segundo as previsões. Espera-se que a inflação não chegue a 10% e se mantenha no mesmo patamar de 6% de 2005.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL),⁴ uma das características distintivas deste desempenho positivo é o aumento no superávit na conta corrente da balança de pagamentos, cuja taxa alcançou 1,3% do PIB em 2005, após situar-se em 0,9% e 0,5% em 2004 e 2003, respectivamente. Os 9,5% de expansão mostrados pela economia chinesa, juntamente com o crescimento de 3,5% da economia dos Estados Unidos e o crescimento de 2,5% dos países desenvolvidos, vistos como um grupo, continuam a impulsionar o crescimento econômico mundial. A região da América Latina e Caribe experimentou um crescimento médio de 8% no volume das exportações, complementado por um crescimento contínuo das remessas de trabalhadores imigrantes.

Segundo a CEPAL, outro fator a impulsionar o crescimento foi o investimento, com um aumento de 10% na formação de capital fixo bruto. As economias da América do Sul atingiram as taxas mais altas de formação de capital, com uma média de 12%. Os investimentos de capital aumentaram em 6,1% no México e 2% na América Central. Entretanto, quando medido como porcentagem do PIB, o investimento não está crescendo a taxas que permitam um crescimento mais rápido e a criação

de mais postos de trabalho. O investimento na região permanece abaixo dos níveis de 1998.

A melhora nas condições econômicas resultou num aumento da receita fiscal, que, juntamente com políticas de despesas públicas conservadoras, permitiu que os governos regionais reduzissem a dívida pública, aumentassem as reservas internacionais e, dessa forma, reduzissem a vulnerabilidade da região a choques externos. Além disso, a melhora no desempenho econômico da região traduziu-se em melhoras nas condições do mercado de trabalho e queda no desemprego. O desemprego caiu de 10,3% em 2004 para 9,3% em 2005, uma queda acompanhada por um aumento na participação do setor formal no mercado de trabalho como um todo. Além disso, embora a taxa de pobreza ainda seja muito alta, a região teve uma redução de quatro pontos percentuais na taxa de pobreza em relação a 2003. A taxa de pobreza estimada estava ligeiramente acima de 40% no fim de 2005.

A valorização contínua da maior parte das moedas da região está gerando preocupações com respeito à competitividade de suas exportações. Para manter o crescimento nas exportações e melhorar ainda mais as condições econômicas, as economias da América Latina e do Caribe precisam fomentar a produtividade, agregando mais valor a suas exportações e melhorando a qualidade de seus produtos e serviços.

A Corporação vai continuar apoiando o desenvolvimento econômico e social na região, mantendo seu foco no crescimento de seus ativos relacionados com o desenvolvimento, concedendo empréstimos diretos e indiretos a seu mercado-alvo de empresas de pequeno e médio porte. A CII vai continuar procurando maneiras inovadoras de dar apoio ao desenvolvimento do setor privado na região e atingir sua própria meta de retornos financeiros sustentáveis.

⁴ Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe: 2005 Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean

Governadores e Governadores Suplentes*

País	Governador	Governador Suplente
Alemanha	Karin Kortmann	Rolf Wenzel
Argentina	Felisa Josefina Miceli	Martin P. Redrado
Áustria	Karl-Heinz Grasser	Kurt Bayer
Bahamas	James H. Smith, CBE	Ruth Millar
Barbados	Owen S. Arthur, MP	Grantley Smith
Bélgica	Didier Reynders	Franciscus Godts
Belize	Mark A. Espat	Carla Barnett
Bolívia	Waldo M. Gutiérrez Iriarte	Rodrigo Castro
Brasil	Paulo Bernardo Silva	José Carlos Rocha Miranda
Chile	Nicolás Eyzaguirre	María Eugenia Wagner Brizzi
Colômbia	Alberto Carrasquilla Barrera	Santiago Montenegro
Coréia, República da	Duck-Soo Han	Seung Park
Costa Rica	David Fuentes	Francisco de Paula Gutiérrez
Dinamarca	Ole E. Moesby	Bo Lidegaard
El Salvador	Eduardo Zablah-Touché	Guillermo López Suárez
Equador	—	Fausto Ortiz De la Cadena
Espanha	Pedro Solbes Mira	David Vegara Figueras
Estados Unidos	John W. Snow	—
Finlândia	Marjatta Rasi	Anneli Vuorinen
França	Thierry Breton	Xavier Musca
Guatemala	María Antonieta de Bonilla	Lizardo Sosa
Guiana	Bharrat Jagdeo	Saisnarine Kowlessar
Haiti	Henri Bazin	Roland Pierre
Honduras	William Chong Wong	María Elena Mondragón de Villar
Israel	Stanley Fisher	Dan Catarivas
Itália	Giulio Tremonti	Vincenzo Desario
Jamaica	Omar Davies, MP	Collin Bullock
Japão	Sadakazu Tanigaki	Toshihiko Fukui
México	Francisco Gil Díaz	Alonso P. García Tamés
Nicarágua	Mario Arana Sevilla	Mario Alonso
Noruega	Anne Margareth Fagertun Stenhammer	Nils Haugstveit
Países Baixos	Gerrit Zalm	Agnes van Ardenne van der Hoeven
Panamá	Ricaurte Vásquez	Héctor Alexander
Paraguai	Ernst Ferdinand Bergen Schmidt	Jorge Luis Von Horoch Casamada
Peru	Fernando Zavala Lombardi	Waldo Mendoza Bellido
Portugal	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
República Dominicana	Héctor Valdez Albizu	Temístocles Montás
Suécia	Ruth Jacoby	Stefan Emblad
Suíça	Oscar Knapp	Peter Bischof
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	Stanley B. Ramsaran
Trinidad e Tobago	Camille R. Robinson-Regis	Joseph Howard
Uruguai	Danilo Astori	Carlos Viera
Venezuela	Nelson J. Merentes D.	Jorge Giordani

* Em dezembro de 2005.

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes*

Argentina e Haiti	Eugenio Díaz-Bonilla Martín Bès
Alemanha, Áustria, Bélgica, Itália e Países Baixos	Pieter Moorrees Karla Schestauber
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica, e Trinidad e Tobago	Havelock Brewster Jerry Christopher Butler
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Luis Cosenza-Jiménez Nelly Lacayo-Anderson
Bolívia, Paraguai e Uruguai	Juan E. Notaro Fraga Jorge Crespo Velasco
Brasil e Suriname	Rogério Studart Arlindo Villaschi
Chile e Equador	Germán Quintana Gustavo A. Palacio
Colômbia e Peru	Luis Guillermo Echeverri Jaime Pinto Tabini
Coréia, Espanha, Israel, Japão e Portugal	Tsuyoshi Takahashi Luis Linde
Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça	Olivier Myard Seija Toro
Estados Unidos da América	Héctor E. Morales Jan E. Boyer
México e República Dominicana	Agustín García-López Roberto B. Saladín
Panamá e Venezuela	Adina Bastidas Fernando Eleta Casanovas

* Em dezembro de 2005.

Órgãos de ligação

País	Instituição
Alemanha	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development
Argentina	Ministerio de Economía
Áustria	Federal Ministry of Finance
Bahamas	Ministry of Finance
Barbados	Ministry of Economic Development
Bélgica	Ministère des Finances
Belize	Ministry of Budget, Planning and Management, Economic Development, Investment and Trade
Bolívia	Ministerio de Hacienda
Brasil	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Chile	Ministerio de Hacienda
Colômbia	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Coréia, República da	International Finance Bureau, Ministry of Finance and Economy
Costa Rica	Ministerio de Hacienda
Dinamarca	Danish International Development Agency–DANIDA
El Salvador	Secretaría Técnica de la Presidencia
Equador	Ministerio de Economía y Finanzas
Espanha	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales
Estados Unidos	Treasury Department
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs
França	Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie
Guatemala	Ministerio de Finanzas Públicas
Guiana	Ministry of Finance
Haiti	Ministère de l'Économie et des Finances
Honduras	Banco Central de Honduras
Israel	Bank of Israel
Itália	Ministry of the Economy and Finance
Jamaica	Ministry of Finance and Planning
Japão	Ministry of Finance
México	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Nicarágua	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Noruega	Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Países Baixos	Ministry of Finance
Panamá	Ministerio de Economía y Finanzas
Paraguai	Ministerio de Hacienda
Peru	Ministerio de Economía y Finanzas
Portugal	Direcção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais–Ministério das Finanças
República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
Suriname	Ministry of Finance
Suécia	Ministry for Foreign Affairs Department for International Development Co-operation
Suíça	Office fédéral des affaires économiques extérieures
Trinidad e Tobago	Ministry of Finance, Planning and Development
Uruguai	Ministerio de Economía y Finanzas
Venezuela	Banco Nacional de Desarrollo

Escritórios regionais

Escritório Regional Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela)

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edificio Bancafé
Bogotá, Colombia
Telefone: (571) 325-7058
Fax: (571) 325-7057

Escritório Regional da América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá)

Edificio Centro Colón, Piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
Apartado postal 1142-1007
San José, Costa Rica
Telefone: (506) 257-1418
Fax: (506) 257-0083

Escritório Regional do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai)

Rincón 640
11.000 Montevideo, Uruguay
Telefone: (598 2) 915-3696
Fax: (598 2) 916-2607

Escritório na Argentina

Esmeralda 130 Piso 18
C1035ABD, Buenos Aires, Argentina
Telefone: (54 11) 4320-1890
Fax: (54 11) 4320-1837

Escritório no Chile

Avda. Pedro de Valdivia 0193, Piso 10
Providencia
Santiago, Chile
Telefone: (562) 431-3700
Fax: (562) 431-3713

Escritório em Honduras

Boulevard Morazán
Edificio Los Castaños 5º Piso
Colonia Los Castaños
Tegucigalpa, Honduras
Telefone: (504) 221-6152
Fax: (504) 239-7953

Escritório na Nicarágua

Edificio BID
Km. 4 ½ Carretera a Masaya
Managua, Nicaragua
Telefone: (505) 267-0831
Fax: (505) 267-3469

Escritório no Paraguai

Quesada 4616 esq. Legión Civil Extranjera –
Piso 2
Asunción, Paraguay
Telefone: (595 21) 616-2320
Fax: (595 21) 615-681

Impresso em papel reciclado
Impresso com tinta de soja

A CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS (CII) é uma organização multilateral. Iniciou suas operações em 1989, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de seus países membros na América Latina e no Caribe, mediante o financiamento da empresa privada. A CII leva a cabo sua missão por intermédio de muitas formas de financiamento, incluindo empréstimos diretos, garantias, investimentos de capital, e linhas de crédito para instituições financeiras locais que operam como intermediárias, bem como investimentos em fundos de investimento locais e regionais. Os investimentos da CII são orientados principalmente para empresas de pequeno e médio porte que encontram dificuldade para obter financiamento de longo e médio prazo de outras fontes.

A Corporação funciona como catalisadora para atrair outros recursos: financiamento adicional, tecnologia e conhecimento especializado. Esses recursos são mobilizados mediante empréstimos co-financiados e empréstimos sindicalizados, apoio ao lançamento de títulos e identificação de parceiros para empreendimentos conjuntos.

Para obter financiamento da CII, os projetos devem oferecer oportunidades de investimento rentável. Devem também impulsionar o desenvolvimento econômico de alguma forma: criando postos de trabalho, ampliando a base de investidores de capital, gerando divisas, facilitando a transferência de recursos e tecnologia, usando recursos locais de forma sustentável, incentivando a poupança local ou promovendo a integração econômica da América Latina e do Caribe. Todos os projetos com possibilidade de afetar o meio ambiente devem incluir medidas preventivas ou restaurativas específicas.

Todos os poderes da Corporação são investidos na sua Assembléia de Governadores. A Assembléia de Governadores da CII é composta por um Governador e um Governador Suplente de cada país membro. O poder de voto de cada país é proporcional às ações por ele integralizadas. A Assembléia de Governadores nomeia uma Diretoria Executiva e lhe delega autoridade e poderes consideráveis.

A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A CII goza de autonomia jurídica e conta com recursos e administração separados do BID. Além de seu escritório central em Washington, D.C., a Corporação tem oito escritórios regionais.



Corporação Interamericana de Investimentos

1350 New York Avenue, N.W.

Washington, DC 20577

Estados Unidos da América

Telefone: (202) 623-3900

Fax: (202) 623-3815

www.iic.int